

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Departamento de Jornalismo
Curso de Jornalismo

A difícil tarefa de conjugar o futuro

Experiências educacionais nas Casas Familiares de Santa Catarina

Categoria: Grande Reportagem
Suporte: Texto
Semestre: 2003/2

Michelly Nascimento Silva
Vanessa Canciam

Trabalho apresentado no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a conclusão do Curso, sob a orientação da Professora Gislene Silva.

Florianópolis, fevereiro de 2004

ÍNDICE

PASSADO DOS AVÓS, FUTURO DOS NETOS	04
Menos terra, menos apoio, maior produção	05
Um divisor de águas.....	06
NATALINO VAI À FRANÇA	09
Essa tal de <i>Maison</i>	10
DE VOLTA A QUILOMBO	15
Bye bye Brasil rural	17
Tão perto, tão longe	18
Tijolo por tijolo	20
FERRAMENTAS DO CONHECER: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	24
O primeiro dia	28
APRENDIZES DE QUILOMBO	31
Mais que um jogo de palavras	32
O movimento se espalha	33
A luta pelo diploma	35

NOVOS CAMINHOS, OUTRAS ENCRUZILHADAS

CFRs E COOPERATIVISMO	39
DA AGRICULTURA À RURALIDADE	41
OS MENINOS E O MAR	43
MAR & MÚSICA	45
SEMPRE UM RECOMEÇO	47
PARCEIROS DAS CASAS	51
FICAR OU SAIR.....	54
UMA HISTÓRIA DE SUCESSO	59
PROIBIDO PARA MENORES DE 14 ANOS	61
JOVEM ENSINANDO JOVEM	63
MULHERES NO CAMPO	67
FILHOS DO PRESENTE	70
FONTES BIBLIOGRÁFICAS	72
FONTES TESTEMUNHAIS	78
ANEXOS	81

PASSADO DOS AVÓS, FUTURO DOS NETOS

“Quando ele começou a fazer perguntas, seus pais lhe responderam em função daquilo que sabiam, ou seja, daquilo que os velhos lhes haviam ensinado”,

A longa marcha dos camponeses franceses, Louis Malassis

No final do século XIX, ainda com o pó das terras italianas na sola dos pés, Luiz Lorenzatto aprendeu com o pai tudo o que lhe seria útil no novo país: a melhor maneira de lidar com os animais, como preparar a terra para o plantio, quando semear as primeiras sementes e o momento certo de realizar a colheita. Estes ensinamentos Luiz seguiu pela vida afora e os repassou ao filho, Vitório, quando ele ainda era um menino na cidade gaúcha de Guaporé.

Anos mais tarde, foi a vez de Vitório buscar novas terras para a família, assim como havia feito seu avô italiano ao embarcar em um navio rumo ao Brasil. Os filhos eram muitos e a propriedade era insuficiente para todos. A saída encontrada pelos Lorenzatto para este problema era a mesma de centenas de famílias de ítalo-brasileiros moradoras do Rio Grande do Sul: migrar para a região oeste de Santa Catarina, habitada por índios e caboclos que não possuíam a posse legal das áreas.

Após estar instalado nas terras catarinenses, Vitório fez como o pai havia feito com ele no passado: começou a ensinar a seus filhos o que era preciso fazer para que as sementes germinassem e a nova terra continuasse dando os frutos que sustentavam toda a família. Dessa forma os Lorenzattos seguiam plantando, colhendo, ensinando e aprendendo as técnicas agrícolas transmitidas de pai para filho por mais de cem anos. Assim acontecia também com os Roanis, os Santins, os Brattis.

Os sobrenomes se alteravam, mas as cenas eram as mesmas: ensinar ao filho o que se aprendeu com pai, que havia aprendido com o avô, que por sua vez aprendeu com o bisavô, muitas vezes ainda longe das terras brasileiras. Com os olhos voltados para as tradições, os pequenos agricultores no sul do Brasil se formavam acreditando que os conhecimentos técnicos herdados da família eram suficientes para o trabalho no campo. Neste cenário, o passado dos avós era o futuro dos netos.

Menos terra, menos apoio, maior produção

Foi recebendo as migrações dos descendentes de alemães e italianos que saíram do Rio Grande do Sul em busca de novas terras que, aos poucos, a região oeste de Santa Catarina foi colonizada. Na bagagem, esses migrantes traziam consigo o trabalho familiar em pequenas propriedades.

Esta forma de produção agropecuária realizada pelas famílias em minifúndios é uma característica que se mantém até os dias de hoje na região. Prova disso é que atualmente metade do número total dos estabelecimentos familiares de Santa Catarina estão localizados no oeste. Isso em um Estado reconhecido em todo o Brasil como sendo aquele que apresenta o maior percentual de propriedades baseadas na agricultura familiar: dos 203.347 estabelecimentos rurais catarinenses, 182.402 – que corresponde a 90% - possuem área menor do que 50 hectares (ha) e se mantêm através do trabalho da família.

Em linhas gerais, a agricultura familiar é caracterizada como aquela na qual a gestão e a maior parte do trabalho é realizado pela família. “A própria família mora, administra e gerencia a propriedade. Não existe o gerente ou o administrador que vem de fora para tocar o empreendimento”, explica Luiz Carlos Rebelatto, assessor técnico do Centro de Estudos de Agricultura de Grupo (Cepagro), ONG que trabalha pelo fortalecimento da “agricultura de grupo” – outra denominação que recebe a agricultura familiar.

Segundo o mais recente e disponível Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1995/1996, os agricultores familiares respondem por 85,2% do total de estabelecimentos rurais existentes no país, ocupam apenas 30,5% da área agrícola total e recebem cerca de 25% dos financiamentos agrícolas. Mesmo tendo menos terras e menos apoio financeiro, estes produtores conseguem gerar R\$18,1 bilhões/ano, o equivalente a 37,9% do valor bruto da produção agropecuária brasileira. Com relação à mão-de-obra, enquanto os agricultores patronais empregam, em média, uma pessoa para cada 67,5 ha, os familiares ocupam uma pessoa por 7,8 ha.

Ainda segundo dados do IBGE, ao se considerar a renda total (RT) por unidade de área, os resultados da agricultura familiar continuam sendo superiores aos dos estabelecimentos patronais em todas as regiões do país. No Nordeste, a RT é de R\$ 70,00/ha entre os agricultores familiares contra R\$ 37,00/ha dos produtores patronais; no Centro-Oeste são R\$ 48,00/ha contra R\$ 25,00/ha e na Região Sul, a renda familiar é de R\$ 241,00/ha enquanto a patronal não supera R\$99,00.

Uma contradição ou erro nos números? Nada disso. Conforme um estudo recente feito pelo convênio FAO-Incra (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), os agricultores familiares produzem e empregam mais - mesmo dispendo de menos terra e financiamento - porque utilizam os recursos produtivos de forma mais intensiva que os patronais. Não foi à toa, portanto, que os países capitalistas avançados da Europa, os Estados Unidos e o Japão adotaram a produção familiar como base principal da produção agrícola. Esses países perceberam que a forma de produção familiar unia eficiência econômica - uma vez que apresentava bons rendimentos de produção - com eficiência social - já que mantinha a mão-de-obra rural ocupada.

Por outro lado, quando observados individualmente, os estabelecimentos familiares no Brasil revelam uma outra realidade: a Renda Total de 68,9% dos estabelecimentos familiares situa-se no intervalo de zero a R\$ 3.000,00 ao ano. Outros 15,7% possuem renda total entre R\$ 3.000,00 e R\$ 8.000,00 e apenas 0,8% tem renda total superior a R\$27.500, ao ano. Isso faz com que para sobreviver, muitos agricultores familiares dependam de rendas externas ao estabelecimento agrícola, como aposentadorias, venda de serviços em outros estabelecimentos ou atuação em atividades não-agrícolas.

Um divisor de águas

Em Santa Catarina, até aproximadamente os anos 80, a postura tradicional do pequeno agricultor quanto a sua formação e capacitação para o trabalho agrícola foi eficiente. Bastavam os conhecimentos técnicos herdados de geração para geração, uma

vez que o modelo de estrutura produtiva não se chocava com as formas tradicionais da organização familiar.

Até o final dos anos 30, as pequenas propriedades familiares da região oeste do Estado eram estruturas produtivas estáveis. Esta condição de estabilidade começa a se modificar na década de 40, momento em que são instaladas no local as primeiras agroindústrias importantes do país. Surge então o "agricultor integrado" – aquele que produzia suínos para vender às indústrias.

Em um primeiro momento, dentro dessa estrutura produtiva, o processo de integração foi parcial e não foi necessário eliminar as formas tradicionais da organização familiar diversificada. Havia dentro da pequena propriedade uma coexistência harmoniosa entre a produção para a agroindústria, a comercialização tradicional e a atividade de subsistência.

Entretanto, na década de 80, as grandes empresas adotaram um novo modelo de integração que exigiu mudanças na propriedade do agricultor. O principal objetivo desse novo modelo era aumentar o número de suínos apenas nas propriedades melhor estruturadas, excluindo as demais da integração. Uma das alterações impostas por esse novo sistema dizia respeito à ração dos suínos. A partir de então ela passou a ser fornecida pela agroindústria, desaparecendo a relação que antes havia entre a quantidade de animais e a capacidade da propriedade em produzir os alimentos necessários para criá-los.

O novo modelo imposto quebrava a lógica de funcionamento da agricultura familiar existente até então. Com isso, o número de agricultores integrados diminuiu de 67 mil em 1980, para 45 mil em 1985 e para menos de 20 mil em 1995. Além dessa nova lógica de produção excludente, a situação da economia no Brasil também contribuiu para a falência de muitos agricultores familiares. Nos anos 80, em todo o país houve a redução de crédito rural e a retirada do subsídio agrícola.

O pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Odilon Luiz Poli, em sua dissertação de mestrado, analisou a crise vivida pelos agricultores familiares do oeste catarinense na década de 80 e explica que o processo foi agravado pela combinação de dois fatores: longos períodos de queda no preço dos suínos e financiamentos a custos altos. Diante desse quadro, muitos agricultores que haviam

contraído empréstimos para a produção, frente às dificuldades de saldar suas dívidas, foram obrigados a desfazer de seus bens e muitos, inclusive, obrigados a vender a própria terra.

E foi atrás de alternativas para contornar a crise da agricultura familiar no oeste catarinense que Natalino Lovera e mais dois outros agricultores de Santa Catarina embarcaram pela primeira vez num avião rumo a França em outubro de 1990. No roteiro, nada de torre Eifel nem parada nos cafés luxuosos de Paris. O destino eram as regiões agrícolas do país, onde os agricultores poderiam conhecer mais a fundo aspectos da agricultura cooperativa francesa.

A escolha da França não veio ao acaso. Assim como em Santa Catarina, a história desse país é marcada por uma forte tradição camponesa baseada na agricultura familiar. Dados da União Européia mostram que cerca de 70% dos estabelecimentos agrícolas franceses tem menos de 50 ha e são caracterizados pelo trabalho familiar.

“Em sua origem, o caráter camponês da agricultura familiar no Sul do Brasil se assemelha ao que existia na França em meados do século XIX. Por exemplo, a resposta de como os ‘cultivadores’ franceses passaram da condição de camponeses à profissão de agricultores interessa a todos nós”, explica o engenheiro agrônomo do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Icepa), Rubens Altmann.

O engenheiro agrônomo João Augusto de Oliveira, que realizou diversos estudos na França, considera coerente que os agricultores catarinenses busquem alternativas de desenvolvimento rural nos modelos franceses. “Eu diria que a agricultura familiar francesa tem uma afinidade muito grande com a nossa agricultura familiar. Em alguns casos, tu pega uma propriedade em Santa Catarina e ela é como uma propriedade da Bretanha [região oeste da França] há uns 30 ou 40 anos atrás. São muito semelhantes: a família trabalha nela, é lá que é preparado o vinho, o queijo”.

Esta viagem dos agricultores catarinenses para a França foi possível por meio de um intercâmbio feito entre o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) e a Association Local pur Developement International Solidaire (Aldis). Na época, Natalino Lovera era presidente da AECOS (Associação Estadual de Condomínios Suinícolas), entidade credenciada ao Cepagro. “A idéia de eu ir pra Europa aconteceu, assim, bem dizer, um caso esquisito, nem eu não acreditava!”, conta o agricultor, com um forte sotaque típico dos colonos descendentes de italianos estabelecidos no Sul do

Brasil. Nascido na cidade gaúcha de Guaporé, Natalino tem 58 anos, mas o trabalho de uma vida toda no campo, de sol a sol, lhe faz aparentar mais idade. A terra por debaixo das unhas das mãos também é mais uma evidência da atividade profissional que pratica desde menino.

Numa das visitas às propriedades francesas, os agricultores passaram por um local que tinha um nome estranho – *Maison Familiale Rurale*. “Nesse dia nós nos questionamos, não sabíamos que bicho era essa tal de *Maison*. Fazendo o relatoriozinho da visita, que é pra não esquecer tudo, me antenou alguma coisa, mexeu na minha cabeça uma coisa diferente. Então, no dia seguinte, eu pedi pra conhecer uma *Maison*”, conta Natalino. E assim foi feito.

Essa tal de *Maison*

Para entender “que bicho era essa tal de *Maison*” foi preciso voltar no tempo, mais precisamente em 1935, em um pequeno lugarejo do sudoeste da França chamado Sérignac-Péboudou e conhecer a história de um grupo de pequenos agricultores católicos que buscavam para seus filhos uma formação escolar e profissional que fosse adaptada à realidade e aos interesses dos jovens.

A França passava nesta época por anos difíceis, que antecederiam a 2ª Guerra Mundial. Nesse contexto, os agricultores estavam em uma situação de abandono. Na área da educação, não havia nenhuma proposta que atendesse as necessidades do meio rural. Os filhos dos agricultores tinham que optar entre continuar estudando e ir para a cidade ou permanecer junto à família seguindo uma atividade agrícola. A maioria deles, mesmo querendo continuar os estudos, se via obrigada a ficar na casa dos pais, uma vez que o trabalho desempenhado por eles na propriedade era imprescindível para manutenção da renda familiar.

E não era só a falta de escolas no campo que preocupava. Havia uma outra questão: a educação formal tinha sua proposta de ensino voltada para o meio urbano, o que a tornava muito distante da realidade dos jovens do meio rural. Além de ser pouco atrativa, não os preparava para exercer a profissão de agricultor.

Essa deficiência do ensino francês nos anos 30 foi representada de forma magistral por um menino de 13 anos chamado Yves Peyrat. Numa segunda-feira de junho, ele não foi para a escola como fazia todas as manhãs. Em vez disso, procurou o pai para lhe dizer: "eu sempre irei obedecer ao senhor. Mas, por favor, não me mande mais à escola. A escola é pura perda de tempo. Lá eu não aprendo nada. Quero ajudá-lo nos trabalhos da casa. Eu quero fazer coisas com as minhas mãos".

O pai, Jean Peyrat, ficou preocupado com as palavras do menino. Tanto que após a missa de domingo, contou aos amigos o que o filho lhe havia dito. Dois dos outros pais - Alfred Callewaert e Pierre Clavier - disseram que isso também acontecia nas suas casas. Inconformados com essa situação, esses agricultores foram conversar com o páraço Granereau, pessoa engajada na constituição de sindicatos e cooperativas agrícolas na região. Todos eles eram membros da Secretaria Central de Iniciativa Rural (SCIR), um organismo sindical que tinha como objetivo buscar meios de favorecer o desenvolvimento do campo.

Consta no Documento Agrícola nº 1 de 1936, editado pela SCIR, a conversa do padre Granereau e do agricultor Jean Peyrat a respeito desse assunto:

"Um agricultor e o padre conversavam durante uma tarde de junho de 1935. Pelas testas enrugadas e pelo tom geral das vozes, podia perceber-se que uma preocupação profunda dominava a sua conversa. De fato, a conversa estava centrada sobre o futuro de um belo adolescente que havia ingressado há um ano no certificado de estudos.

- *Ele tem nojo da escola superior, dizia seu pai. Cada vez que ele deve ir à escola aparecem novas lamentações. Entretanto, parar de estudar aos 13 anos é lamentável!...*

- *Sim, é sempre isso: o agricultor não vale grande coisa na sociedade francesa, respondeu o padre. Para as crianças, basta a escola primária até 13 anos.*

- *E daí, o que vale esta escola? Nós temos excelentes professores- quando não se metem a fazer política – mas programas detestáveis!... Um ano depois, aqueles que o obtiveram não sabem nada mais que os outros! E depois colocar nossos filhos em pensionato custa caro! Pouco dinheiro não resolve não! E para chegar a quê? Ver nossos filhos nos olharem do alto quando eles retornam após*

três meses de pensionato na cidade. A terra, eles começam rápido a achar que ela está muito baixa, estes jovens agricultores transformados em urbanos "sábios"...

- Sábios! Se pelo menos ficassem sábios. Mas também lá, os programas não são feitos para a agricultura! Aliás, as turmas são grandes demais; o professor dá seu curso, compreenda quem puder. Ele não pode se ocupar de cada um em particular.

- As escolas da agricultura? Ah! Sim... Quantos verdadeiros agricultores o senhor já viu sair de uma escola de agricultura?

- Não, realmente, nada é feito oficialmente para garantir a formação intelectual dos jovens agricultores em uma época onde, mais do que nunca, os agricultores precisam ser verdadeiros sábios; numa época em que a agricultura precisa de chefes que sejam verdadeiros líderes.

A conversa continuava cada vez mais pessimista quando, de repente, como um relâmpago, surge uma nova idéia:

- Diante desta deficiência, por que não criar alguma coisa nova que se adapte realmente ao meio agrícola? Um tipo de escola que nós possamos criar aqui mesmo?

Desta vez, a conversa passou a ser mais otimista, animadora, reconfortante. Quando o agricultor se despede do padre, com a alegria no seu olhar, um projeto de formação intelectual profissional dos jovens agricultores, dos futuros líderes agricultores, já estava elaborado em grandes linhas".

Nascia naquele momento, motivada pela queixa de um menino de 13 anos, a semente que daria origem a primeira *Maison Familiale Rurale* (MFR). Continuando a conversa, o padre e o agricultor chegaram à conclusão de que os conhecimentos práticos necessários àqueles jovens que desejavam ficar na agricultura poderiam ser aprendidos na propriedade. Todavia, ainda era necessário um complemento de formação técnica e geral aliada ao aprendizado prático feito com os pais.

Para que fosse possível conciliar trabalho e estudo, os jovens deveriam permanecer na casa paroquial durante alguns dias recebendo conteúdos técnicos e gerais e depois voltariam para as suas propriedades, retornando às aulas depois de uma ou duas semanas. Estava definida ali uma das características e base fundamental do

projeto pedagógico das *Maisons Familiales Rurales*: a alternância entre o trabalho prático na propriedade agrícola e a formação geral e técnica no centro de estudos.

A formação dos jovens nessa dinâmica compreendia três aspectos: a aprendizagem prática e teórica, a preparação para a vida associativa e a formação cristã. A aprendizagem era, de início, técnica. Os jovens aprenderiam com os pais as formas de agricultura. Entretanto, esse estudante deveria compreender o que ele fazia. A partir daí surgia a necessidade de uma formação geral teórica, onde eram inseridos os conteúdos de história, geografia, português, matemática e demais disciplinas.

A primeira semana de aulas teve início em 24 de novembro de 1935 com apenas quatro jovens: os irmãos Paul e Lucien Callewaert, Edouard Clavier e o próprio Yves Peyrat. Dois anos depois, estes alunos se submeteram aos exames públicos de uma escola superior de agricultura. Como conseqüência de seus desempenhos impressionantes, o padre recebeu inscrições de 17 alunos. Com o aumento do número de jovens e a conseqüente limitação de espaço físico para alojá-los, as famílias constituíram uma associação sindical para comprar uma propriedade em Lauzan. Em razão da compra coletiva feita pelas famílias, essa primeira experiência foi chamada de "*Maison Familiale*", ou seja, "Casa Familiar". Surgia assim aquela que viria a ser a primeira *Maison Familiale Rurale*.

De acordo com o ex-assessor da Union Nationale des Maisons Familiales Rurales d'Éducation et d'Orientation (UMNFREO) no Brasil, Pierre Gilly, da mesma forma como esses agricultores franceses tinham criado uma associação para comprar um prédio onde seria beneficiada a ameixa que produziam, eles também se uniram para investir na formação de seus filhos. "Eles fizeram esse trabalho de organização, de reflexão, para que o produto não fosse ameixa seca, mas sim, filhos verdadeiramente com condições de permanecer ali", conta Gilly.

A iniciativa que reuniu os primeiros responsáveis das MFRs nasceu sobre a influência do catolicismo. Na sua origem, existia um movimento cristão do final do século XIX conhecido como movimento de Sillon, cujo objetivo era a defesa da democracia como condição do progresso social. Sob esses princípios, foi criado o movimento Juventude Agrícola Cristã (JAC) e a Secretaria Central de Iniciativa Rural (SCIR). É essa

cultura comunitária que explica o engajamento das famílias dos agricultores e a rápida difusão das MFRs.

“Na França dos anos 40 nasce um movimento ligado à Igreja – Juventude Agrícola Cristã – que procurava oferecer para o jovem rural as mesmas oportunidades que teria o jovem urbano, inclusive na educação. O que se dizia era: bom, as escolas para os jovens rurais, na verdade, tem um ritmo ditado pelo urbano, o calendário é urbano, os exemplos são urbanos. Então eles começaram a pensar que era necessário criar uma escola adequada aos ritmos do rural, de colheita, de plantio, e adequada ao perfil do aluno do campo, pra que tirassem o jovem dessa situação de marginalidade da escola e o colocassem na condição de um bom agricultor”, explica o professor de Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Wilson Schmidt.

A relação formal entre as *Maisons Familiares Rurales* e a Igreja Católica deixou de existir apenas a partir do final da 2ª Guerra Mundial. Essa ruptura ficou conhecida como “desconfessionalização do movimento popular das famílias” e teve como objetivo garantir a independência do movimento em relação à Igreja. Com o passar dos anos, a experiência das MFRs foi se consolidando por toda o mundo e hoje existem aproximadamente 950 centros de formação por pedagogia alternância em 30 países nos 5 continentes.

Depois de três semanas na França, os brasileiros voltaram para casa. Natalino trazia na mala estatutos, regimentos internos e vários documentos das *Maisons*. "Cheguei em casa numa segunda-feira, ficamos por aí, matutando, escrevendo alguma coisa, do jeito que a gente sabe escrever. Foi aí que naquela semana o prefeito [Julsemar Toazza] me chamou, porque era um caso inédito um agricultor do município de Quilombo ir para a França, foi uma coisa fora do comum!"

Durante a conversa, a experiência das MFRs foi um dos assuntos. Segundo Natalino, o prefeito queria saber o que poderia ser feito para o agricultor de Quilombo baseado nas experiências francesas que ele havia conhecido. A resposta foi a seguinte:

- Olha, tem esse modelo de escola aqui. Eu tenho um monte de papel sobre ele lá em casa, só que tá tudo em francês, tá bem confuso.

Entusiasmado com a idéia, Julsemar Toazza, que é pedagogo pós-graduado em Administração Educacional, tentou encontrar uma saída para a dificuldade com o idioma francês:

- Não tem problema. Vamos achar alguém.

Tanto Natalino quanto Toazza perceberam que o modelo adotado pelas *Maisons* francesas poderia ser uma alternativa para a formação educacional dos jovens filhos de pequenos agricultores que desejavam continuar vivendo na propriedade da família, trabalhando com a agricultura. "Olhando pra mim, um agricultor sem formação, vi a possibilidade do jovem francês. Tu ia numa propriedade e ele te dava números da propriedade dele e uma série de coisas. A gente aqui não teve oportunidade, que era quilômetros e quilômetros da escola. Saber o nome da gente já era suficiente. Hoje também se observa um monte de jovem sem preparo, sem educação nenhuma", explica o agricultor que freqüentou a escola apenas até o 2º ano primário.

As pesquisas brasileiras confirmam a percepção de Natalino. Para os jovens, morar e estudar no campo é realmente uma equação difícil de ser resolvida. De acordo com dados de 2003 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural é de 3,4 anos, o que corresponde a quase metade da média urbana, que é de

7 anos. No campo, 29,8% dos adultos são analfabetos, enquanto na cidade esse índice é de 10,3%. Dos estudantes de 10 a 14 anos, apenas 23% dos jovens da zona rural estão na série adequada à sua idade, taxa que é de 47% na área urbana.

O descaso governamental quanto à educação oferecida aos jovens da zona rural não é algo novo. Desde o período colonial, embora o Brasil fosse um país eminentemente agrário, a educação rural não era sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891. O ensino nas áreas agrícolas teve seu início oficial apenas no fim do II Império, em decorrência da evolução das estruturas sócio-agríarias do país. Até então a monocultura do açúcar não necessitava de mão-de-obra especializada. Com o advento da monocultura cafeeira e o fim da escravidão, a agricultura passou a necessitar de trabalhadores com melhor formação.

Na década de 30, atribuíam-se ao ensino realizado em áreas rurais a função de fixar o homem ao campo e aumentar a produtividade da mão-de-obra agrícola através do ensino de habilidades adequadas às novas técnicas de produção e trabalho. É apenas na Constituição de 1988 que o ensino rural é citado enquanto uma forma de educação que apresenta particularidades intrínsecas à sua natureza. O texto de 1988 considera necessário haver conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural, além da adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e à natureza do trabalho no campo.

Desde o final do último governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Educação (MEC) vem dando mostras de que deseja trabalhar para reverter os números pouco honrosos da educação rural no Brasil. Em 2002, a Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional da Educação compôs o documento "Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo". Com o objetivo de implementar essas propostas foi constituído, um ano depois, um grupo permanente de trabalho.

No início de 2004, a assessoria de comunicação social do MEC divulgou que a Secretaria de Inclusão Educacional vai dar prioridade ao ensino da área rural durante o ano, discutindo as diretrizes propostas em 2002 com educadores, secretários de educação e representantes de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores

Sem-Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e demais entidades não-governamentais que trabalham com a questão da terra.

Bye bye Brasil rural

A grande maioria dos jovens que migra para a cidade em busca de melhores oportunidades educacionais não retorna para o meio rural. "Aqui a gente observou: a juventude vai num colégio da cidade e não volta pra propriedade. É a realidade nossa aqui, com uma propriedade até boa e os filhos tudo na cidade", conta Natalino. O agricultor tem exemplos assim na própria casa: seus dois filhos foram para a cidade estudar e nenhum voltou para o campo. Nem mesmo o filho formado como técnico agrícola retornou para o trabalho na propriedade. "Eu tenho filho e irmão técnico agrícola, mas o colégio agrícola é formador de mão-de-obra pra empresa e não forma o jovem pra comunidade", lamenta Natalino.

A migração de jovens para o meio urbano vem crescendo através dos anos - na década de 60, os migrantes rurais brasileiros estavam predominantemente na faixa etária de 40 a 49 anos. Trinta anos depois, a maioria deles está entre 15 e 19 anos. A consequência do êxodo rural entre os jovens é que, no futuro, comecem a faltar pessoas no campo que toquem a propriedade dos pais. Segundo o professor José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo (USP), a migração representa, nesses casos, a destruição de um capital social.

Imóveis sem sucessores acabam sendo vendidos a pessoas que incorporam a terra como um dos ativos de suas carteiras de negócio. "Para a sociedade é um problema que essas terras não voltem para o circuito de reprodução da mesma agricultura familiar e por meio do mercado, acabem sendo incorporadas pela grande propriedade e dedicada à pecuária extensiva, que reduz o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho", avalia José de Souza Martins.

O oeste catarinense está próximo de viver uma situação semelhante. Pesquisas realizadas pelo professor de economia da USP, Ricardo Abramovay, em conjunto com o grupo de pesquisa do CEPAF/Epagri (Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar/ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina SA),

mostram que, assim como vem ocorrendo em alguns países europeus, o destino das propriedades agrícolas do oeste está comprometido pela falta de sucessores: 35% dos agricultores familiares da região não sabem se vão ter um sucessor que permaneça na propriedade.

De acordo com esse estudo, dentre os jovens que migram para as cidades, costumam estar aqueles que mais tempo estudaram. Como resultado, continuam na propriedade aqueles que menos educação formal receberam. "A permanência na propriedade paterna tem sido, até hoje, o destino daqueles cujo nível de formação educacional é o mais baixo. Isso ocorre bem num momento que está comprovado que novos conhecimentos passam a ser pré-condição para a inserção e permanência da agricultura familiar nos mercados tradicionais e, sobretudo, nas novas formas de inserção econômica" explicam os pesquisadores. Dessa forma, acabam ficando no campo os menos preparados, ao mesmo tempo em que a lógica da produção agrícola exige cada vez mais profissionais bem capacitados.

Tão perto, tão longe

Os motivos pelos quais seria interessante construir em Quilombo uma escola seguindo os modelos das *Maisons* já eram claros tanto para o prefeito Julsemar Toazza quanto para Natalino Lovera. O que ainda continuava indecifrável era toda a papelada em francês sobre as *Maisons Familiale Rurales*. Esse impasse foi resolvido com um telefonema feito por Natalino. Do outro lado da linha, em Florianópolis, João Augusto de Oliveira, o Joca, concordou em traduzir os documentos.

Na época, Joca era então presidente do Cepagro (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo), o órgão que havia organizado a viagem dos agricultores para a França. Além de ter morado na França por dois anos, ele conhecia a experiência das *Maisons* desde 1982, quando ainda trabalhava como engenheiro agrônomo da extinta Associação de Crédito Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (Acaresc). Dessa forma, nem a língua francesa nem o tema *Maison Familiale Rurale* era algo desconhecido para ele.

Dois meses depois do retorno de Natalino ao Brasil, um grupo de agricultores franceses formados nas MFRs visitaram Quilombo, por meio de um intercâmbio promovido pelo Cepagro. Com essa visita, os produtores e as lideranças políticas da cidade ficaram sabendo um pouco mais sobre o funcionamento das *Maisons*. Porém, a informação mais surpreendente trazida pelos franceses foi de que há cerca de apenas 150 km, no município paranaense de Barracão, já funcionava desde 1989 a primeira Casa Familiar Rural (CFR) da região Sul do país.

Foi durante um seminário franco-brasileiro realizado em Curitiba, em 1985, que ocorreu o primeiro contato das autoridades do Paraná com o sistema educacional por alternância realizado pelas MFRs. Após esse evento, o Estado recebeu auxílio técnico de Pierre Gilly, então assessor da UNMFREO no Brasil.

Para conhecer de perto uma Casa Familiar Rural brasileira, os paranaenses visitaram a segunda CFR criada no Brasil, em 1984, localizada na cidade de Riacho das Almas, interior de Pernambuco. A primeira experiência brasileira de uma Casa Familiar - que aconteceu na cidade de Arapiraca, Alagoas, no ano de 1980 - não podia mais ser visitada. Três anos após a abertura da Casa, o presidente da Associação que a comandava foi morto durante um enfrentamento com latifundiários e grandes produtores de fumo da região.

Se as Casas Familiares Rurais já estavam no Brasil há quase uma década, fazia ainda mais tempo que outras experiências baseadas na pedagogia da alternância já estavam implantadas no Espírito Santo. A idéia foi trazida na década de 60 pelo padre italiano Humberto Pietrogrande que veio ao Brasil atuar no sudoeste capixaba. Vendo a situação de crise pela qual passava a região, o missionário considerou interessante criar uma escola voltada para os filhos dos agricultores tendo como modelo a *Escuela Famiglia*, - nome dado às "*Maisons da Itália*", ou seja, às experiências educacionais italianas baseadas na pedagogia da alternância francesa.

Assim surgia a Escola-Família Agrícola na cidade de Anchieta, em 1969. Hoje existem 120 EFAs pelo Brasil, principalmente nos estados do Espírito Santo e Bahia. Essas escolas atendem cerca de 13 mil jovens e são representadas pela União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil (Unefab).

Seguindo o exemplo das Escolas-Família Agrícola, que mantém a Unefab como entidade representativa, as duas experiências de Casas Familiares Rurais do Paraná sentiram a necessidade de também criar uma associação. Por isso foi criada, em 1991, a Associação Regional das Casas Familiares do Sul do Brasil - Arcafar/Sul.

Segundo o primeiro presidente da associação, Antonio Leonel Poloni, o desenvolvimento da Arcafar/Sul era a única forma de criar e manter CFRs na região Sul. "Você sabe que no Brasil eles esqueceram de formar o agricultor. Tem escola pra tudo, menos pro agricultor. Na época a gente procurou todos os Estados – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - e via que não existia sensibilidade do poder público. Havia ainda muito conservadorismo. A única forma de criar esse tipo de escola era mantendo ela na informalidade", explica Poloni.

Atualmente, a Arcafar/Sul desempenha quatro funções: apoiar os municípios interessados em conhecer e implantar o projeto, atuar na formação dos dirigentes e dos profissionais que trabalham nas CFRs, buscar parcerias no âmbito das instituições nos diferentes níveis e acompanhar as Casas para que a filosofia do programa seja mantida.

Para realizar esse trabalho, a Arcafar/Sul conta com um grupo composto por um presidente geral, presidentes regionais e uma equipe pedagógica de 15 profissionais. Financeiramente, a Associação é mantida através de parcerias e projetos. Desde 2003, foram firmados dois novos acordos com a SIMFR (Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural) e o DISOP/BRASIL (Instituto de Cooperação Belgo-Brasileiro para o Desenvolvimento Social).

Tijolo por tijolo

Enquanto em 1991 estava sendo criada a Arcafar/Sul no município de Barracão, no Paraná, em Quilombo, esse foi um ano de muito trabalho para todos os envolvidos no projeto Casa Familiar Rural. A primeira ação do grupo foi visitar os paranaenses. Depois disso, o prefeito Toazza foi à França conhecer as *Maisons Familiales Rurales*. "Eu voltei entusiasmado, fui à Câmara de Vereadores, fiz um relato, passei em várias comunidades e relatei a possibilidade da gente implantar uma CFR. Reuni sindicatos, instituições de classe, gerente de banco e começamos a debater. Tinha grupo que vinha e se associava,

outro que vinha, desistia e criticava. Era um assunto polêmico, extremamente polêmico”, conta.

Como ocorre na construção de uma casa, é preciso cumprir uma seqüência de etapas para implantar uma CFR. Na base precisa haver a vontade dos próprios agricultores, sob o risco da Casa Familiar “desabar” se a sua criação não tiver como alicerce a participação das famílias. “Implantar uma CFR demanda um certo tempo. Não é você chegar e colocar uma Casa, porque aquela comunidade tem que entender que é uma coisa interessante para eles e não é simplesmente uma coisa diferente. Você precisa de um tempo grande conversando com os agricultores, com as famílias, porque serão eles que vão decidir”, explica o atual presidente da Arcafar/Sul, José Milani Filho.

Para apresentar e discutir o projeto com todos os possíveis parceiros da Casa Familiar – prefeitura, secretarias municipais da educação e da agricultura, agricultores, associações, sindicatos, cooperativas, dentre outras - foi organizada, em maio de 1991, uma comissão pró-implantação da Casa Familiar de Quilombo composta por representantes de todos esses setores.

Antes de pensar na construção do prédio ou na contratação de profissionais, é preciso saber se esses possíveis parceiros se comprometem a colaborar com a implantação e condução da Casa e, principalmente, se as famílias de agricultores acham conveniente que exista para seus filhos uma formação voltada para a agricultura.

Para detectar qual é o real interesse dos agricultores na implantação de uma CFR, a comissão deve realizar uma reunião em cada comunidade do interior do município para mostrar o projeto. “Se tem 30 comunidades rurais, então que se faça 30 reuniões. Daí tem gente que diz: ah, mas eu vou levar 3 meses! Não tem problema, esse é um tempo bem gasto”, aconselha o atual presidente da Arcafar/Sul.

Para auxiliar as discussões e mobilizar ainda mais pessoas no projeto CFR, em fevereiro de 1992 foi realizado em Quilombo, com apoio do Cepagro, o I Seminário Interestadual das Casas Familiares Rurais. Segundo a avaliação do pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Dimas de Oliveira Estevam, que em 2001 concluiu a dissertação “A Formação com Base na Pedagogia da Alternância em Santa Catarina”, esse evento contribuiu muito para a divulgação da proposta em nível local e regional, além de possibilitar o intercâmbio de outras experiências já existentes, na

obtenção de documentos e informações a respeito da proposta, servindo de estímulo e aprofundamento para os agricultores posteriormente implantar o projeto no município.

Após ter a resposta afirmativa de que existe na região a necessidade de uma Casa Familiar Rural, é imprescindível que todos os parceiros envolvidos compreendam qual será o seu papel na condução da Casa. Aos agricultores, cabe a maior responsabilidade – gerir a associação de pais. As Casas Familiares Rurais não são administradas nem mantidas por nenhuma instância governamental – seja ela municipal, estadual ou federal – e cabe a essa associação de pais deter a responsabilidade moral, administrativa e financeira da CFR. Além de opinar sobre a formação dos jovens, a associação tem um papel fundamental na realização de convênios com outras entidades para a obtenção de recursos financeiros e humanos.

Segundo Milani, “a CFR não é um projeto da prefeitura. Não é um projeto do sindicato. Não é um projeto da cooperativa ou do governo do estado. É um projeto dos agricultores interessados na formação agrícola e pessoal dos seus filhos. Então, quem deve administrar a Casa é uma associação formada pelos pais e por colaboradores da CFR, através de um conselho, de uma diretoria, de um presidente, de um vice-presidente e assim por diante”.

Após três ou quatro meses de discussão interna em cada comunidade feita por um representante local, a comissão pró-implantação da Casa deve ser informada sobre quais localidades estão interessadas em participar da criação da CFR. Só então, sabendo com o que cada comunidade pode contribuir, inicia-se o processo de instalação da Casa. “Nesse momento, o município já tem que pensar num profissional para trabalhar 8 horas por dia para a implantação da Casa: onde vai funcionar, como conseguir mobiliário, reunir alunos, reunir famílias para organizar o plano de estudos. Isso tudo feito, passa um ano”, explica Milani.

Atualmente em Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto (SED/SC) cede os professores que ministram o conteúdo pedagógico, a prefeitura municipal contrata os monitores que assumem o conteúdo técnico, a Epagri colabora com veículos, as famílias mantêm a alimentação e a Arcafar/Sul realiza a capacitação dos profissionais e da Associação de Pais da Casa.

Contudo, na época da instalação da primeira Casa Familiar em Quilombo, nenhuma dessas parcerias existia, o que exigiu que todo o processo fosse construído pelo grupo envolvido com a implantação. Para poder utilizar recursos públicos municipais na compra do terreno e na construção da Casa, foi aprovada na Câmara de Vereadores de Quilombo, em 2 de janeiro de 1992, a lei municipal nº 957.

Ainda assim, segundo Toazza, o município não tinha todos os recursos necessários. Para ter acesso aos apoios financeiros do governo do Estado, o funcionamento da Casa Familiar tinha que ser autorizado pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. "Na época, falei com o ex-presidente do Conselho que era o doutor Osvaldo [Antônio Osvaldo Conci]. Depois dele ter sentado comigo em várias situações, por longas horas de discussão sobre a CFR, ele simpatizou com a idéia e achou que também era uma alternativa viável. Só que daí tinha que mobilizar os conselheiros. A gente pediu uma aprovação em caráter experimental".

A Associação da Casa, criada em fevereiro, trabalhou também para que o Conselho Estadual de Educação aprovasse o projeto da Casa Familiar Rural de Quilombo. O presidente da Associação era Natalino. Ele conta que precisou viajar muitas vezes para Florianópolis naquele ano de 1992 para conversar com os conselheiros. "Cansei de pegar ônibus no domingo à noite, passar segunda-feira de porta em porta [em Florianópolis] e já seguir segunda noite, chegar em Chapecó às 3h 30min da manhã e ficar no banco da praça esperando até de manhãzinha..."

Depois de todos esses esforços, em 15 de dezembro de 1992, o Conselho Estadual de Educação autorizou por meio do parecer nº 349/92, o funcionamento do ensino fundamental de 5ª a 8ª série como experiência pedagógica na Escola Familiar Rural Santo Agostinho. O parecer do relator considerava "louvável o objetivo da experiência", mas discordava da terminologia "casa" e exigia que o termo fosse substituído pela palavra "escola".

FERRAMENTAS DO CONHECER: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Enfim, o prédio onde funcionaria a CFR estava em fase final de construção, a associação já havia sido formada, todos os parceiros envolvidos estavam mobilizados, a Casa já havia conseguido a autorização do Conselho Estadual de Educação para iniciar as atividades e os jovens esperavam o início das aulas. Mas ainda era preciso construir um dos pilares que fundamentam pedagogicamente a Casa Familiar Rural: o *plano de formação*. Faltava, portanto, definir quais temas – agrícolas e não agrícolas - seriam estudados na Casa.

Na pedagogia da alternância, o plano de formação tem uma função semelhante a do currículo utilizado pela escola tradicional. Nele estão agrupados todos os assuntos que vão ser trabalhados com os jovens durante os três anos de formação. Geralmente estão presentes nesse plano temas como associativismo, cooperativismo, cidadania, higiene, saúde, alimentação, lazer, aliados aos conteúdos técnicos da atividade agrícola.

Não existem temas obrigatórios, porém. Cada Casa organiza seu próprio plano através de uma pesquisa participativa feita com as famílias, as cooperativas, os sindicatos, a comunidade, a Secretaria da Educação e da Agricultura e todos os parceiros envolvidos. “Na CFR, os pais é que dizem o que gostariam que os filhos aprendessem. É diferente do ensino tradicional, onde tudo vem de cima para baixo”, explica Milani.

Esta prática vai ao encontro do que aconselha o consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), Polan Lacki, para a educação rural na América Latina. “No mundo contemporâneo, as empresas que oferecem produtos ou serviços necessitam ‘consultar o cliente’. As escolas básicas rurais também deverão fazê-lo, ouvindo as instituições da sua área de influência, porque são exatamente elas que podem propor, com maior realismo e objetividade, quais são os conhecimentos, habilidades e atitudes que os alunos necessitam adquirir, para que, depois de egressos, possam ser produtores rurais mais eficientes e menos dependentes ou vulneráveis nas suas relações com os intermediários, as agroindústrias, os super e hipermercados”, diz Lacki.

Para entender porque existe um currículo diferente em cada CFR, é preciso compreender que a Casa não é somente uma escola básica onde o aluno busca apenas as matérias do ensino regular. É, na verdade, um centro de formação dos agricultores e de suas famílias, cujo objetivo final não é a certificação do jovem no ensino fundamental ou médio, mas a formação de profissionais e cidadãos preparados e motivados para serem agentes do processo de desenvolvimento do lugar onde vivem.

Em busca desse objetivo, se constrói, em lugar da escola, uma casa. Nela, em vez de *alunos* enfileirados em carteiras dispostas de frente para o quadro-negro, existem *jovens* que querem construir os seus conhecimentos a partir do mundo vivido e experimentado por eles. Para conduzi-los, está entre eles o monitor – o *monere*, palavra latina que quer dizer aquele que faz recordar, que faz observar, que dá avisos, que dá inspiração, que conduz.

“Já utilizamos os termos monitor e jovem porque o monitor é aquele que monitora o crescimento, a participação dos jovens. Essa pedagogia nasceu justamente da manifestação de um adolescente cansado de ficar calado numa sala de aula tentando memorizar e repetir. O jovem quer participar, quer se mover, se emancipar”, explica o assessor pedagógico para o desenvolvimento da pedagogia da alternância no Brasil, Pierre Gilly, que atualmente assessora a implantação de CFRs no Maranhão.

Seguindo essa linha, o calendário de estudos também é outro: não há período de aulas apenas pela manhã, tarde ou noite. Para que se faça com que o conhecimento seja construído não a partir do saber do monitor, mas tendo como direção a realidade vivida pelo jovem, a CFR trabalha com a alternância entre uma semana de internato no centro de formação e duas semanas em que o jovem permanece em casa, no meio social e profissional dele. “A pedagogia da alternância tem, basicamente, a finalidade de juntar a teoria com a prática. Quer dizer, o período de formação do jovem que frequenta a CFR não se dá, somente, naqueles 5 dias em que ele fica naquela Casa, mas é completada naqueles 15 dias em que ele fica convivendo com a sua família, convivendo com a sua propriedade”, completa Milani.

É nesse vai-e-vem entre o centro de formação e o ambiente familiar, profissional e social que o jovem experimenta os três momentos da pedagogia da alternância: conhecer, refletir e agir. Enquanto está na propriedade dos pais, o jovem tem como

primeira tarefa conhecer qual é a realidade dele sobre o tema que será discutido na próxima semana de aulas na CFR. Para auxiliá-lo nisso, o jovem leva para casa o *plano de estudos* – um roteiro de questões elaboradas pelo próprio grupo sobre o assunto das próximas aulas. Segundo o ex-diretor da UNMFREO, André Duffaure, é através do plano de estudos que o jovem “interroga suas rotinas”.

Se o tema for milho, por exemplo, a família precisa ajudar o jovem a levantar todos os dados sobre como a cultura do milho é realizada naquela propriedade, desde o preparo do solo até a comercialização do produto. Segundo Milani, essa discussão da realidade leva a família a refletir. “Há depoimentos de alguns pais que disseram que, desde que o filho entrou na CFR, a família nunca tinha conversado tanto; isso em função das indagações que o jovem trazia no seu plano de estudos”.

Quando o jovem retorna para a CFR duas semanas depois de permanecer na propriedade, a primeira coisa a ser feita é apresentar para o grupo quais foram as informações sobre a cultura do milho que ele conseguiu obter com a família. Esta é a *colocação em comum* – momento em que todos sentam em um semicírculo e cada um dos jovens fala o que pôde descobrir em casa sobre esse assunto.

Muitas vezes, a melhor tecnologia de como preparar o solo, por exemplo, está dentro do próprio grupo. Em outras, a prática utilizada já não é tão boa. Neste momento, cabe ao monitor conduzir os jovens a refletirem sobre melhores formas de realizar aquela atividade. Além disso, são feitas *visitas de estudo* em propriedades que tenham uma experiência interessante sobre o tema que está sendo discutido na semana.

Para que o jovem tenha mais condições de analisar a sua realidade, novos conhecimentos lhe são fornecidos pelas *fichas pedagógicas* – uma apostila no qual os monitores apresentam novos elementos técnicos e teóricos, agrupados em áreas de conhecimento como a matemática e o português.

“No momento em que o jovem está aprendendo sobre o milho e seu plantio, procura-se cruzar a matemática. Não aquela da raiz quadrada e da potência, que muitas vezes, na atividade rural, o jovem não vai utilizar. O que se procura é fazer com que se desenvolva a matemática para ele saber medir a área da propriedade, a lavoura que ele planta, e assim por diante. É uma matemática voltada para a realidade. Procura-se desenvolver o português, melhorando a pontuação, a concordância verbal, para que

amanhã ou depois, quando ele quiser elaborar uma correspondência, possa corrigir esses erros elementares”, completa Milani.

Ao voltar para casa, o jovem deve iniciar um processo lento e gradual para melhorar as atividades que são realizadas na sua propriedade, tendo como base as discussões e aprendizados feitos na CFR. Para auxiliá-lo na implantação dessas modificações, estão previstas *visitas de acompanhamento* feitas pelo monitor durante o período em que o jovem está em casa.

É neste momento das visitas que o monitor sai do ambiente da CFR e vai até a propriedade conhecer qual é a realidade do jovem para, em seguida, poder construir com a família alternativas de desenvolvimento local. Segundo a pedagoga e professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Lourdes Helena da Silva, que defendeu em 2000 a tese de doutorado “As representações sociais da relação educativa escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância”, as visitas de acompanhamento significam, para os pais, o apoio necessário ao jovem durante o período em que ele, de retorno à família, procura desenvolver inovações técnicas na propriedade.

Na Casa, o processo de *avaliação* não tem a função de mensurar o conhecimento adquirido pelo jovem, mas sim, a de verificar como é o comportamento dele nas mais diversas situações reais. O engenheiro agrônomo José Milani Filho dá um exemplo disso: “de repente o Joãozinho na sala de aula é ruinzinho na leitura, ruinzinho na escrita, mas ele na propriedade é um sujeito que coordena, um sujeito que decide, é aquele que interage com a comunidade. Então o professor compensa: o Joãozinho é ruim aqui em português, mas é bom lá. E é isso que nos interessa. Porque na CF não se deseja que o jovem saia um conhecedor de português, de história ou de geografia. Ele tem que sentir que a Casa não é uma escola, mas é um centro de formação, de crescimento dele como cidadão, como pessoa. E nesse bojo, ele também melhora os seus conhecimentos de matemática, português, geografia e assim por diante”.

Em todas as etapas de estudo do jovem na CFR, está presente o *caderno de alternância* - um diário onde ele anota, para cada período, todas as observações e análises feitas sobre cada tema estudado. Para cada semana de aula na Casa, existem dois espaços de anotações distintos: o referente ao trabalho na propriedade e o

destinado às atividades na Casa. "O caderno da alternância utiliza como ponto de partida as dificuldades enfrentadas pelo jovem no cotidiano vivido na propriedade. A partir das anotações feitas pelo jovem em seu caderno é que se vai elaborar o conteúdo geral para a sua formação", diz o economista e pesquisador da UFSC, Dimas de Oliveira Estevam.

É importante salientar que esses instrumentos pedagógicos – plano de estudos, colocação em comum, fichas pedagógicas, visita de estudos, caderno da alternância – usados nos centros de formação que trabalham com a pedagogia da alternância, não nasceram prontos, mas são fruto de uma longa caminhada. Aos poucos, a pedagogia da alternância foi incorporando práticas e princípios da Pedagogia Nova e da Pedagogia Ativa representadas por pedagogos como Freinet, Decroly, Dewey, Cousinet, Montessori, Piaget, Morin e Freire.

De acordo com estudos do pedagogo Antônio João Mânfió, assessor pedagógico da Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen/ RS, é possível encontrar uma longa lista de semelhanças entre as idéias de Paulo Freire e a pedagogia da alternância desenvolvida nas CFRs. As duas experiências nasceram fora da Academia, motivadas por uma intensa mobilização popular para responder a problemas específicos da comunidade. Ambas também afirmam que não se aprende nada fora da realidade e que é necessário experimentar – aprender fazendo e pensar agindo, sempre a partir do cotidiano do aluno. O resultado esperado, tanto na pedagogia da alternância quanto em Paulo Freire, é o de originar um novo ator social responsável e comprometido com a mudança do meio em que vive.

O primeiro dia

Na manhã de 10 de maio de 1993 - dois anos e oito meses após Natalino ter trazido da França a idéia de implantar uma Casa Familiar Rural em Quilombo - começava a funcionar a primeira CFR de Santa Catarina. Neste dia, os monitores Anilson Comunello, Dirceu Lovera e Luis Pedro Hillesheim recebiam a primeira turma, composta por 41 jovens vindos de diferentes comunidades da zona rural.

Da mesma forma como ocorreu em Lauzan, no ano de 1935, foi preciso construir em Quilombo toda a estrutura pedagógica que guia a Casa Familiar Rural. Diferente das escolas tradicionais que utilizam os livros didáticos publicados pelas editoras, cada CFR precisa compor as suas próprias ferramentas didáticas. Entretanto, não havia nenhuma assessoria pedagógica que indicasse como este trabalho poderia ser feito. “Não tinha uma biblioteca na escola, você não tinha outros instrumentos de suporte pedagógico do processo de educação pela pedagogia da alternância”, conta Luis Pedro Hillesheim.

Cada um dos atores da CFR também precisava aprender qual era seu novo papel. O jovem deixava para trás a sua condição de aluno e a partir de então, não era mais suficiente apenas sentar-se na carteira, ouvir o professor, fazer a tarefa e passar nas provas. Ao monitor - formado geralmente em cursos como agronomia, medicina veterinária ou em escolas técnicas agrícolas - não bastava repassar os conteúdos aprendidos durante a sua formação, exigir disciplina e fazer as avaliações. Tudo tinha mudado e era preciso aprender a ser diferente.

Essa foi uma dificuldade sentida pelo monitor Luis Pedro Hillesheim. Segundo ele, a maior dificuldade nesse período inicial foi aprender a como ser um monitor em uma Casa Familiar Rural baseada pedagogicamente na alternância. “Até mesmo a nossa formação era uma dificuldade, porque a gente teve uma educação numa escola tecnicista, numa escola conservadora. De repente você tem que ser um professor numa escola de alternância e você não recebeu isso no decorrer da sua formação. Eu acho que esse foi o maior limite”, explica.

Hillesheim acrescenta: “nós precisávamos entender que as CFRs tem como objetivo formar uma nova profissão – a profissão de agricultor. E essa nova profissão não pode ter vínculo com uma área específica. Se o engenheiro agrônomo se sobressai dentro de uma Casa, o jovem vai ter uma formação voltada para a agronomia. Numa CFR, o engenheiro agrônomo tem que deixar de ser o engenheiro agrônomo, o professor de português tem que deixar de ser o professor de português, o técnico agrícola tem que deixar de ser técnico agrícola. Todo mundo tem que ser a nova profissão – o agricultor”.

Incertezas e medos quanto à aplicação da pedagogia da alternância existiram também na França, na década de 30, no período em que a primeira experiência de Casa Familiar se desenvolvia. Os professores, formados sob uma educação tradicional, não

compreendiam como seria possível basear a construção do conhecimento a partir das situações vividas pelos jovens. Da mesma forma, as primeiras famílias que estiveram envolvidas na criação e gestão da *Maison* de Lauzan também não se encontravam particularmente motivadas para assumirem a responsabilidade da MFR, e, sobretudo, para se ocuparem diretamente da formação de seus filhos.

No mesmo ano em que Natalino Lovera voltou da França com a idéia de implantar em Quilombo uma CFR, um grupo da região extremo-oeste catarinense, que já conhecia a experiência paranaense da cidade de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, também começava a discutir o tema. A proximidade geográfica entre o extremo-oeste catarinense e o sudoeste do Paraná foi o que contribuiu para que este grupo conhecesse o projeto paranaense bem antes do que qualquer outra região de Santa Catarina.

No extremo-oeste, diferentemente de Quilombo, as discussões sobre CFR tiveram início a partir de um seminário realizado na cidade de São Miguel d'Oeste. Nele estavam presentes representantes de 36 municípios da região e algumas pessoas do Paraná envolvidas com o projeto em Barracão e Santo Antônio do Sudoeste.

Foi nesse encontro que o atual presidente da Arcafar/Sul, José Milani Filho, teve contato com a experiência das CFRs. "Eu comecei a me envolver com as Casas Familiares a partir de um seminário que a gente promoveu aqui em São Miguel d'Oeste em 1990. A gente fez um dia de conversa onde as pessoas puderam estar discutindo a proposta da Casa Familiar, que até então era uma coisa que existia somente duas no Sul – no município de Barracão e no município de Santo Antônio do Sudoeste", conta.

Nessa época, Milani era engenheiro agrônomo da Acaresc (atual Epagri), sediado em São Miguel d'Oeste. Por trabalhar na área de extensão rural, ele foi o responsável por organizar o encontro. Desde então, ele ficou designado pela Epagri para trabalhar exclusivamente no projeto CFR, ocupando diversos cargos na Arcafar/Sul.

Depois de saber das experiências paranaenses através desse seminário, muitos municípios começaram a se interessar pelo projeto. E dessa forma, paralelamente à instalação da CFR de Quilombo, estava também sendo iniciado o processo de mobilização das cidades do extremo-oeste. "A partir daí vários municípios pediam: bom, Milani vamos ao Paraná pra gente ver como é que funciona na prática a CFR. O município lotava um ônibus e eu ia com eles. Passava um dia visitando algumas propriedades, além de conhecer o projeto. Aí esses municípios me convidavam pra ir até lá explicar a importância da Casa", diz o atual presidente da Arcafar/Sul.

Aos poucos, os dois grupos - de Quilombo e do extremo-oeste - começaram a se unir. Segundo Milani, "Quilombo, por ter conhecido uma realidade européia, o berço do negócio, nos ajudava a fazer uma discussão nos outros municípios". Nesse período também, outra cooperação começa a se delinear: entre o Cepagro e a Arcafar/Sul. As duas entidades, inclusive, formularam conjuntamente, em maio de 1992, um documento chamado "Projeto Casa Familiar Rural – Formação de Jovens Agricultores pela Pedagogia da Alternância", para auxiliar as discussões que estavam sendo feitas nos municípios.

Em 21 páginas foram colocadas as informações básicas necessárias para iniciar o processo de discussão de uma Casa Familiar Rural: a história da primeira *Maison* criada na França, os motivos que justificam a criação de uma CFR, a função dela, a caracterização da pedagogia da alternância e seu funcionamento, a sua manutenção e uma descrição das etapas que devem ser seguidas para que uma CFR seja implantada, além de telefones de contato com a Arcafar/Sul.

Mais que um jogo de palavras

Qual é a diferença entre uma CFR e um colégio agrícola? – essa é uma questão presente em todas as discussões feitas nos municípios interessados em implantar uma Casa Familiar Rural. Para responder a isso, Milani tem uma outra pergunta: a intenção é formar profissionais para trabalhar com agricultura ou formar agricultores? E a resposta dada por ele é: se você quiser formar agricultores, o caminho é a Casa Familiar Rural.

Embora possa parecer, esse não é apenas um jogo de palavras. A diferença entre um profissional para trabalhar com a agricultura e um agricultor pôde ser experimentada pelo próprio Milani, presidente da Arcafar/Sul. Filho de um agricultor do interior do Rio Grande do Sul, Milani fez agronomia em Santa Maria pensando que depois do curso de cinco anos iria voltar para trabalhar na propriedade dos pais. Nunca havia imaginado a hipótese de vir para o estado vizinho, Santa Catarina, para exercer a função de extensionista rural.

Ao terminar os estudos, ele voltou para casa e começou a querer fazer algumas mudanças na propriedade, da maneira como tinha aprendido na universidade. "Aquela

época se fazia terraço, meu pai foi contra. Quis botar calcário para corrigir o solo e meu pai disse – não, porque isso tem que financiar, tem que fazer dívida no banco e eu não gosto de banco. Eu quis trocar umas vacas de leite que já tava fora de moda. Mas ele não deixou. Meu pai dizia – não vou trocar porque veja só, aquela pintada ali fui eu que criei, ia morrer, se eu não cuidasse, ela tinha morrido. E assim eu senti que eu não tinha espaço ali, eu tava fora”, conta Milani.

Situações como essa são motivadas, primeiramente, pelo grande distanciamento que existe entre a realidade da escola agrotécnica e a realidade existente na propriedade do jovem. Na escola, é possível produzir utilizando as tecnologias mais avançadas, os maquinários mais completos, o que, na grande maioria dos casos, não acontece em casa. Além disso, é importante considerar que, ao freqüentar os colégios agrícolas e as universidades, apenas o jovem adquire novos conhecimentos. E quando ele retorna para casa cheio de inovações, inicia-se um conflito entre o moderno e o tradicional. E nesses casos, a experiência mostra que geralmente quem vence são os mais velhos.

Ao não afastar o jovem da sua realidade e ao incluir os pais na formação dos filhos, as CFRs contribuem para que casos como o do engenheiro agrônomo José Milani diminuam. “Isso é uma diferença da CFR, porque o período maior do jovem é em casa, justamente para não afastá-lo da sua realidade, para que ele possa estar interagindo com a família. Ele fica 5 dias na CF agregando conhecimento ao que ele já conhece e 15 dias com a família, aplicando os conhecimentos na prática, buzinando no ouvido do pai e da mãe que não é bem daquele jeito que eles estão fazendo, que já tem outra forma. No início é difícil, mas o jovem vai todo dia buzinando no ouvido do pai, o monitor acompanha e vai quebrando essa cortina que existe entre o jovem e os pais”, argumenta Milani.

O movimento se espalha

Como fruto das discussões feitas em vários municípios a partir do começo da década de 90, foi possível instalar, em Caibi, a segunda Casa Familiar Rural de Santa Catarina, um mês após o início das atividades da CFR de Quilombo. Mas o grande boom do processo de implantação das Casas Familiares Rurais em Santa Catarina

ocorreu entre 1996 e 1998. Antes desse período havia apenas quatro experiências em funcionamento, todas na região oeste.

Em 1998, esse número saltou para 19, chegando a 22 CFRs em 2001. Atualmente, em 2003, existem 19 Casas Familiares em funcionamento em Santa Catarina nas cidades de: Águas de Chapecó, Angelina, Caibi, Galvão, Guaraciaba, Iporã do Oeste, Iraceminha, Irineópolis, Laguna, Maravilha, Modelo, Quilombo, Rio do Sul, Riqueza, São Francisco do Sul, São José do Cerrito, Saudades, Sombrio e Xaxim. O número máximo de estudantes por CFR é de 75, divididos em 3 turmas de 25 jovens cada. Hoje 642 jovens freqüentam as Casas Familiares catarinenses.

Entretanto, até 1998, apenas a CFR de Quilombo tinha a autorização da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto para funcionar como instituição de ensino de 5ª a 8ª série. Isso significa que todos os jovens que freqüentavam as demais CFRs não tinham direito a receber nenhum certificado válido de conclusão do ensino fundamental ao terminar os estudos na Casa.

Embora o objetivo principal da CFR não seja, na origem, o de oferecer qualquer certificado de escolarização, essa situação incomodava os pais e os próprios jovens. "A gente começou a ser questionado pelos próprios agricultores: puxa, a gente sente que nosso filho tá crescendo em conhecimento, tá lendo melhor, tá fazendo conta melhor, tá falando melhor, tá escrevendo melhor, mas hoje o certificado ainda pesa no Brasil e nós queremos que o nosso filho também cresça nos estudos dele", conta o atual presidente da Arcafar/Sul.

Mesmo não sendo objetivo da CFR oferecer escolarização de nível fundamental, a realidade brasileira demonstrou que isto seria necessário, uma vez que o grau de escolaridade média do agricultor é muito baixo. Milani explica que "o objetivo do projeto CFR é que o jovem seja um empreendedor bem-sucedido. Mas como é que você quer que ele seja bem sucedido se tem a 4ª série do 1º grau, tem a 5ª série? Existe um desequilíbrio aí. Tu ia pedir para ele ler um negócio, pedia para ele escrever no quadro, pedia para ele fazer uma síntese de um tema e ele não fazia, 5 X 2 ele ficava pensando pra te dizer e ainda dizia errado. Mas que profissional seria esse?"

A luta pelo diploma

Pensando em conseguir o reconhecimento oficial do ensino que era oferecido pelas CFRs, a Arcafar/Sul entrou com um processo na Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Santa Catarina (SED/SC) em 1996. Ao possuírem esse reconhecimento, as CFRs, além de certificarem os alunos que concluíssem os estudos, poderiam também firmar convênios e receber recursos financeiros dos programas governamentais.

Como já havia ocorrido no Paraná, a Arcafar/Sul pretendia fazer com que as Casas Familiares fossem reconhecidas em Santa Catarina como ensino em modalidade supletiva, uma vez que os jovens não permanecem em sala de aula durante a quantidade total de horas exigidas pela modalidade do ensino fundamental regular. Entretanto, ao encaminhar o projeto à SED, algo inesperado aconteceu: a direção da Secretaria achou possível que o ensino das CFRs fosse reconhecido pelo Conselho como modalidade regular.

Contudo, os conselheiros do CEE/SC de Santa Catarina não concordavam com a opinião da SED. Para eles, as semanas que o jovem passava na propriedade não poderiam ser consideradas período letivo e, portanto, a CFR não cumpria a carga-horária de aulas exigidas pela legislação do ensino regular. Além disso, a nova Lei de Diretrizes e Bases, que facilitaria o enquadramento das CFRs através do atual artigo 23, ainda não havia sido aprovada. Este artigo prevê a possibilidade de que a educação básica possa ser organizada, dentre outras formas, em alternância regular de períodos de estudos como é feito na pedagogia da alternância.

O projeto para aprovar as CFRs como ensino fundamental regular permaneceu parado na Comissão do Ensino Fundamental do CEE/SC entre 1996 até 1998. Até que numa sessão plenária do dia 18 de agosto de 1998, o conselheiro Mário César Brinhosa solicitou à presidência da CEE/SC explicações de porque o processo permaneceu tanto tempo sustado. O pedido de revisão foi acatado e em seguida, o Conselho pediu à Secretaria um novo projeto.

Nesse projeto, a Arcafar/Sul e a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto concordaram em desistir de buscar o reconhecimento das CFRs como ensino regular e encaminharam o documento solicitando a aprovação na modalidade supletiva. E assim,

em 27 de outubro de 1998, através do parecer nº 354, foi dada a autorização para o funcionamento da 5ª a 8ª série do ensino fundamental, na modalidade supletiva, semipresencial, nas Casas Familiares Rurais.

No informativo da Arcafar/Sul dessa época consta uma declaração que demonstra o entusiasmo com que foi recebida a aprovação do projeto pelo CEE/SC: "a autorização do Conselho representa uma conquista significativa no processo de formação através da pedagogia da alternância, onde os jovens na conclusão do curso receberão o certificado de qualificação em agricultura e a certificação da conclusão do 1º grau. A Arcafar/Sul e a Secretaria de Educação de Santa Catarina estão trabalhando conjuntamente nesse momento no sentido de viabilizar de forma a colocar em prática o processo respeitando-se um ensino de qualidade sem descaracterizar a pedagogia da alternância".

Todo o processo de reconhecimento oficial das CFRs exigiu muita cautela da Arcafar/Sul, uma vez que qualquer alteração da proposta exigida pela legislação poderia descaracterizar a pedagogia da alternância utilizada nas Casas. "As CFs em Santa Catarina poderiam perfeitamente estar funcionando como ensino regular. Só que nós teríamos que ter essa meninada 200 dias em sala de aula. Ora, se nós tivermos 200 dias em sala de aula, você quebra toda pedagogia da alternância que pressupõe um maior tempo de convivência com a família, aplicação na prática, discutir na sua propriedade, trazendo a problemática de volta para a CF. Nós entendemos que nós não poderíamos ceder, mas resistir no bom sentido", argumenta Milani.

A Arcafar/Sul discorda também do argumento dado pelo Conselho Estadual de Educação de que os jovens ficam apenas 80 dias letivos na CFR e não completam os 200 previstos por lei para o ensino regular fundamental. "Nós entendemos que as Casas Familiares têm uma carga horária muito superior do ensino regular. Porque o aluno, quando está em casa, com a família, tem todo um complemento do aprendizado que ele teve na Casa. E, além disso, ele é acompanhado por um monitor que vai na propriedade dele verificar se ele tá aplicando o que ele aprendeu lá na CFR" enfatiza Milani.

A partir da aprovação do projeto Casa Familiar pela SED/SC, o Estado liberou professores para atuarem nas CFRs ministrando as disciplinas exigidas pelo currículo do ensino supletivo. Contudo, essa inclusão no corpo docente das Casas foi um processo inicialmente complicado. "Era muito difícil fazer com que os professores no início

entendessem que a pedagogia da alternância trabalha a situação da educação do jovem agricultor como um conjunto: faz parte dela a família, a vida profissional do jovem, a sua escolarização", conta o integrante da primeira equipe de monitores da CFR de Quilombo, Dirceu Lovera.

Outra alteração ocorrida após a aprovação da proposta no Conselho Estadual de Educação foi a de que todos os monitores das Casas teriam que passar por um programa de formação pedagógica denominada "Esquema 1". Isso ocorreu porque a grande maioria dos monitores eram técnicos agrícolas ou agrônomos e, portanto, não se encaixavam nas exigências legais da SED quanto a formação pedagógica do corpo docente.

NOVOS CAMINHOS, OUTRAS ENCRUZILHADAS

Existem CFRs onde o associativismo e o cooperativismo não são assuntos restritos à discussão em sala. Em algumas cidades, cooperativas de agricultores surgiram a partir da mobilização de jovens que freqüentaram as CFRs. Neste processo associativista, o pioneirismo também foi da Casa de Quilombo: a idéia de montar uma cooperativa veio em 1996, no mesmo momento em que se formava a primeira turma.

Na época, um grupo de jovens recém-formados se uniu para propor formas de agregar valor aos produtos hortifrutigranjeiros cultivados nas propriedades. Por serem produtos perecíveis, a alternativa encontrada por eles foi a industrialização da matéria-prima. No prédio de uma escola abandonada no interior do município, começaram a ser beneficiados os dois primeiros produtos da Cooperativa de Agronegócios de Quilombo, (Coopercasa): a conserva de pepinos e as compotas de laranja da marca "Castália".

Da produção de doces e conservas, a equipe composta por 30 famílias de agricultores começou a planejar novos núcleos produtivos que atendessem às necessidades da região. A idéia era trabalhar com diferentes áreas: fabricação de embutidos de suínos, produção de hortaliças, industrialização de peixes e aquisição de maquinários. "A Coopercasa ficaria como uma espécie de central de todos os núcleos", explica o ex-aluno da primeira turma da CFR de Quilombo e atual presidente da cooperativa, Roberto Waicik.

Em São José do Cerrito, foi também no período de conclusão dos estudos da primeira turma da CFR que se pensou em uma cooperativa de beneficiamento de grãos - feijão e milho - produzidos de forma agroecológica. "Até então os agricultores vendiam o feijão para o cerealista. Para se ter uma idéia, teve época que eles vendiam o saco de feijão de 60 kg a R\$15,00, sendo o custo para produzir era de R\$ 30,00", conta a diretora da CFR, Maria Bottega.

De acordo com o monitor Orival Ribeiro Filho, a idéia de empacotar grãos para a venda surgiu de uma necessidade dos agricultores da Associação de Pais da CFR, que queriam agregar mais valor ao produto, mas não tinham como beneficiar o feijão em suas propriedades. Percebendo essa demanda, a equipe de monitores da CFR elaborou

um projeto, que foi enviado para a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. A intenção era obter recursos para a aquisição de maquinário e de uma sala de beneficiamento de grãos.

Com os R\$ 11 mil obtidos pelo projeto, foi possível adquirir e escriturar um terreno próximo à CFR, construir uma sala de beneficiamento de 60 metros quadrados, comprar um polidor de grãos, uma balança eletrônica, uma seladora de pacotes e 10 mil embalagens com a marca "Produtos da Colônia". Um ano depois, por meio de um novo projeto, a Casa recebeu R\$ 30 mil, que foram suficientes para terminar de equipar a sala de beneficiamento e adquirir equipamentos para a CFR, como dois computadores e um aparelho de telefone e fax.

Atualmente, os dois tipos de feijão agroecológico – preto e carioca – são produzidos e beneficiados pelas 22 famílias da CFR Agroecologia de São José do Cerrito. A marca "Produtos da Colônia" tem o selo da Rede EcoVida e já ultrapassou as fronteiras do Planalto Serrano: o feijão do Cerrito pode ser encontrado nas prateleiras de grandes feiras, supermercados e cooperativas de produtos orgânicos em Florianópolis, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

DA AGRICULTURA À RURALIDADE

Na década de 70, inicia-se na França o processo de especialização das *Maisons Familiales Rurales*. Considerando os produtos de cada região, os conteúdos trabalhados pelas MFRs foram se adaptando à realidade local, ficando cada vez mais específicos. Muitas *Maisons* começaram a se especializar em criação de *scargott*, suínos e cavalos de raça; e também na produção de milho, ameixa seca e feijão.

Contudo, a maior mudança neste processo de especialização se deu no momento em que a reflexão dos responsáveis pelo movimento MFR se deslocou da agricultura para a ruralidade - concepção na qual o rural e o agrícola não são sinônimos e onde o agricultor é antes de tudo, não apenas um produtor, mas um morador do espaço rural. Por este conceito, o campo rural é multifuncional e engloba tanto aspectos agrícolas como não agrícolas, considerados urbanos, como os serviços e o comércio.

Preocupados em dar uma formação adequada aos moradores do espaço rural e não apenas aos agricultores, os responsáveis pelas MFRs iniciaram um processo de criação de centros de formação em alternância voltados para profissões não-agrícolas como construção, mecânica, alimentação, comércio, educação e saúde. Atualmente, os 450 Centros de Formação por Alternância na França oferecem mais de 125 diferentes modalidades de trabalho divididas em vários níveis de formação – do primeiro grau ao nível superior universitário.

No Brasil, é também unânime a opinião de que a especialização é uma tendência natural das Casas Familiares, que muito em breve deve se espalhar pelas CFRs. "Já estamos pensando em criar Casas especializadas em gado leiteiro, milho, móveis, seja qual for a atividade econômica predominante na região, para poder desenvolver aquela produção específica", afirma José Milani.

Entretanto, no Brasil, o processo de especialização das Casas ainda não alcançou o conceito de formar jovens para serem habitantes de um espaço rural pluriativo, onde podem conviver diversos tipos de atividades agrícolas e não-agrícolas. Essa é uma crítica feita pelo professor de agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina, Ademir

Cazella, que conheceu de perto a realidade francesa ao realizar seus estudos de doutorado sobre Desenvolvimento Rural.

"Me parece que aqui em Santa Catarina, dentro das Casas Familiares, estamos muito apegados na formação agrícola *strict sensu*, enquanto que na França eles utilizam hoje a pedagogia da alternância muito mais para formar outras profissões. Isso seria possível em Santa Catarina. No Vale do Itajaí, por exemplo, a grande maioria das famílias de agricultores tem algum filho que trabalha na indústria têxtil, na metal-mecânica. Neste caso, seria interessante ter uma formação que contemple essas duas realidades – o fato da família fazer agricultura, mas ter também outra atividade", argumenta Cazella.

O também professor de agronomia da UFSC e doutor em Desenvolvimento Rural, Wilson Schmidt, concorda com a idéia de Cazella. "O que se diz hoje é que você só faz desenvolvimento rural se conseguir sinergia entre o rural e o urbano. Por isso, não necessariamente um ensino agrícola pode ser o mais adequado. Antes a gente dizia que se é rural é agrícola. Hoje a gente já diz que se é rural, é agrícola e outras coisas," completa Schmidt.

No Brasil, Santa Catarina saiu na frente no processo de especialização das CFRs quando, em abril de 1998, criou a primeira Casa Familiar do Mar em São Francisco do Sul, município localizado no litoral norte do Estado. Diferente das demais Casas voltadas para a produção agrícola, a Casa do Mar - como também é conhecida - pretende desenvolver a pesca, a aqüicultura e o turismo local.

Com um litoral de 556Km, Santa Catarina possui mais de 40 mil pescadores que sobrevivem de atividades ligadas ao mar. A idéia de uma Casa Familiar do Mar surgiu com o objetivo profissionalizar o filho desses pescadores, dando a eles condições de desenvolver e prosseguir na atividade da família, sem abandonar os estudos. Nas colônias pesqueiras, assim como na zona rural, os filhos também são mão-de-obra indispensável para a sobrevivência da família e o calendário escolar tradicional dificulta a participação deles no trabalho.

Foi pensando em atender os filhos dos pescadores afastados da escola que, em 1996, reuniram-se funcionários da Epagri e prefeitos das principais cidades litorâneas do norte catarinense para discutir a possibilidade de construir uma Casa Familiar do Mar, seguindo o modelo das CFRs ao se basear na pedagogia da alternância.

Era então criada a primeira Casa Familiar do Mar, mantida pela Epagri e por cinco municípios da região: São Francisco do Sul, Itapoá, Barra Velha, Araquari e Barra do Sul. "Eram muitos os problemas do início", relembra o oceanógrafo Edir José Tedesco, funcionário da Epagri e diretor da Casa, referindo-se a falta de credibilidade que o projeto teve que superar no começo. "Todos achavam que já existiam escolas demais e que a iniciativa não passava de mais uma promessa aos pescadores que não seria cumprida".

Pelo fato de ter sido uma iniciativa inédita, o governo do Estado premiou a primeira turma de formados da Casa Familiar do Mar com uma viagem à França para conhecer comunidades pesqueiras e *Maisons* especializadas em maricultura. No final de maio de 2001, sete meninos do litoral de Santa Catarina atravessaram um oceano para passar doze dias no país que originou o tipo de escola em que eles estavam se formando.

Hoje, a Casa do Mar possui cerca de 60 alunos distribuídos em três turmas. Apesar de já estar no sexto ano de funcionamento, a Casa passa ainda por algumas dificuldades. A principal delas é a falta de interesse que os jovens têm com relação à atividade pesqueira. “Muitos até tentam ficar na pesca, mas falta infraestrutura para ingressar na profissão. Os pais não têm embarcação, as famílias são bastante carentes. A maioria dos que se formaram aqui está trabalhando em outras atividades” lamenta Tedesco, que dirige a Casa desde a inauguração. É o caso dos meninos que viajaram para França: dos sete, apenas três continuam na pesca.

Na opinião da monitora da Casa Familiar do Mar de São Francisco do Sul, Yara Antonissen, as diferenças entre uma Casa Rural e uma Casa do Mar não está apenas na área de profissionalização. “Eu acho que numa Casa Familiar Rural é muito mais fácil de trabalhar porque, queira ou não, aqueles meninos sempre estiveram ali naquele meio, eles não tem muito contato com o meio urbano e os pais deles não estão insatisfeitos com o trabalho deles – a hortinha, o leite ali da vaca, para eles isso aí tá bom. Só que aqui a gente vê que não é assim: o pai está insatisfeito, eles vêm muita gente que tem muito mais do que eles, eles acabam se revoltando bastante com isso. No meio rural, os pais têm muito mais contato com esses filhos, já trabalham com eles desde pequenos, e aqui não. Eles já não têm tanto contato, eles mal conversam, é muito mais difícil de trabalhar”, explica a monitora.

A professora de matemática Débora Costa Moreira aponta o pouco envolvimento das famílias como outro grande obstáculo da Casa: “Na minha opinião, o maior problema para o projeto é que o pai não tá participando, não tá colaborando com a gente. O aluno volta pra casa, mas o pai não cobra o que ele aprendeu. Chega aqui e ele não fez nada, nenhuma atividade, não praticou aquilo que a gente ensinou aqui. No fim o professor acaba desmotivado, porque o aluno tá acomodado e não exige dele” explica a professora que recebe 140 reais por mês para lecionar duas vezes por semana. “Gasto todo o salário em combustível para chegar na Casa. Só dou aula aqui porque gosto da idéia de ver prática e teoria juntas.”

Tendo como espelho a iniciativa dos municípios do litoral norte, foi criada em Laguna a segunda Casa Familiar do Mar de Santa Catarina. Seguindo os passos da CFM do norte catarinense, a Casa Familiar do Mar Governador Vilson Pedro Kleinübing, criada em abril de 2000, também tem como objetivo tornar-se uma alternativa educacional para filhos de pescadores da região sul do Estado.

A Casa de Laguna, como forma de melhorar a auto-estima dos alunos e manter o interesse deles pelos estudos, implantou aulas de música no currículo. "Escolhemos trabalhar com música para que os alunos tivessem um momento de relaxamento. A música é uma arte que faz a pessoa viajar um pouco. O dia deles já é pesado na pesca ou quando eles estão estudando. Aquele momento da aula eu sinto que eles estão super relaxados, brincando", diz entusiasmado Ricardo Prates Silva, professor de música da CFM de Laguna.

Ricardo conta que no começo foi muito difícil trabalhar com os jovens da Casa. "Eles eram revoltados, meio agressivos até. Mas, conforme as aulas foram acontecendo, eles se acalmaram e foram se empolgando", relembra o professor formado em Música pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), que é baterista e percussionista há 20 anos.

Aos poucos a turma foi sendo conquistada pelos ritmos e sons. E o que havia iniciado como simples aulas de música foi tomando forma. Até que, três meses após as primeiras aulas, os alunos e o professor tiveram a idéia de gravar um *compact disc* (CD), depois de visitar um estúdio de gravação em Laguna. Durante dois meses, os 29 alunos da Casa ensaiaram duas músicas para gravar um CD demonstrativo, composto pelas faixas "Formando cidadãos" – um rap escrito pelos jovens da CFM - e "Suíte dos Pescadores", uma versão da música escrita por Dorival Caymmi.

A letra de "Formando Cidadãos" foi elaborada minutos antes de uma apresentação feita pelos meninos em um evento sobre o Programa Agenda 21 catarinense, com o tema preservação ambiental. "Nós tínhamos que apresentar alguma coisa e inventamos a música ali mesmo, dentro da Kombi, esperando a balsa!", conta orgulhosa a estudante de psicologia Deyse Guedes, diretora da Casa.

Formando cidadãos
Letra: Casa Familiar do Mar
Arranjo: Ricardo Prates

Casa Familiar
Formando Cidadãos
Aqui estou para falar
Mude a natureza
Ajude a preservar
Aquilo que nós temos
A beleza do mar
Fique atento
Ajude a limpar
O meio ambiente
A se recuperar
Use a cabeça
Vamos colaborar
Todo mundo ajudando
A coisa vai mudar
Mais não adianta só limpar
Você não pode é sujar
O meio ambiente limpo
Todos vamos respeitar
A natureza e a beleza
Do seu lugar
E preste atenção
Você não está sozinho não
A responsabilidade é sua
E de seus irmãos
Preserve a terra
Preserve o mar
Ajuda a melhorar aqui no seu lugar
Parabéns a nós que estamos aqui nesse lugar
E aqui estamos para lhe conscientizar
Vamos agir e nossa mensagem mandar
Casa Familiar do Mar
Nós amamos este lugar

Foi voltando de um encontro sobre Casas Familiares Rurais em Pato Branco, no início de 2002, que o monitor Dirceu Lovera ficou sabendo que ele e seus dois colegas haviam sido demitidos. A notícia foi divulgada no programa de rádio que a prefeitura de Quilombo veicula na emissora local. Já fazia mais de dez anos que aquela equipe de monitores trabalhava na Casa Familiar Rural pioneira do Estado.

O sobrenome já diz tudo. Filho de Natalino Lovera, Dirceu também era o diretor da Casa Familiar e assim como os outros monitores - Anílson Comunello e Luis Pedro Hillesheim - participou ativamente do projeto de implantação daquela que seria a primeira CFR catarinense.

Era uma equipe que conhecia o projeto como poucos. Não é raro encontrar documentos, artigos, trabalhos e pesquisas sobre Casa Familiar ou pedagogia de alternância que tenha pelo menos o nome de um deles. A apostila utilizada pela Arcafar/Sul para capacitar profissionais recém ingressos em uma CFR, por exemplo, tem a colaboração do monitor Luis Pedro. "A gente construiu tudo na base de leituras, de literaturas francesas. Foi uma coisa bem típica de pioneirismo. Tivemos que construir todo um material didático" recorda Dirceu Lovera, técnico agrícola formado em Administração Rural.

O que aconteceu em Quilombo é uma situação comum nas Casas Familiares. A mudança da administração local geralmente resulta na demissão da equipe antiga. A alegação dos novos prefeitos é de que os monitores - que em muitos casos ocupam cargos comissionados, os chamados "cargos de confiança" - devem ser exonerados.

"Os prefeitos normalmente colocam os monitores como cargo de confiança. Só que daí cai o prefeito e como ele é um cargo de confiança ele sai junto com o prefeito. Aí se o partido dele ganha, tem uma grande chance desse profissional continuar, mas se o partido desse prefeito perde, esse monitor tá fora, tem que entrar outro e recomeçar o processo mais uma vez" explica o engenheiro agrônomo José Milani Filho, presidente da Arcafar/Sul.

Foi exatamente isso que ocorreu em Quilombo: enquanto o partido que estava na prefeitura era o PPB (Partido Progressista Brasileiro) - atual PP (Partido Progressista) - a

Casa mantinha os mesmos monitores e os mesmos apoios. Em 2002, quando um candidato do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) assumiu a prefeitura, toda a equipe que trabalhava na Casa foi demitida.

Natalino Lovera, que na época era o presidente da Associação, conta, irritado, o que aconteceu nesse período. “No primeiro ano desse prefeito aí, correu tudo bem, foi tudo tranqüilo. No início do segundo ano, ele mandou todo mundo embora [referindo-se aos três monitores e a governanta da Casa que foi readmitida no mês seguinte], tirou nosso veículo e cancelou o convênio que a gente tinha com o frigorífico Aurora. Quer dizer, na verdade, eles queriam que a gente fechasse a Casa!”, esbraveja Natalino, que saiu da presidência da Associação depois das demissões.

O atual secretário da educação de Quilombo, Antônio Campagnollo, justifica a demissão da equipe afirmando que havia “politicagem” na CFR. “Quando a administração atual assumiu, havia três cargos comissionados lá. O prefeito deixou até 2002 para ver o trabalho deles. Porém, o trabalho era direcionado politicamente. O presidente da Associação [na época era Natalino Lovera] e os monitores estavam dando conotação política. O Seu Lovera se achava o dono da Casa”.

Já o filho de Natalino, que hoje está empregado numa empresa, fala com tranqüilidade sobre o que aconteceu em janeiro de 2002. Sem alterar a voz em nenhum momento, Dirceu comenta a demissão da mais antiga equipe de monitores do Estado. “Dentro da Casa, o que a gente falava tinha peso e repercussão política, mas não política partidária e sim política como organização. Essa informação de que a Casa tinha dono é oriunda de alguém que se sentia ameaçado pela organização que a CFR tinha. Ela tinha envolvimento com um número considerável de agricultores, com um número grande jovens. Aquilo que era dito na Casa era tido como verdade para os agricultores e isso se tornava uma ameaça, porque era uma organização política da comunidade”.

Anílson Comunello, que atualmente tem um emprego burocrático na Câmara de Vereadores de Quilombo, é o mais emotivo de todos. Para alguns, ele passa a impressão de ser o mais vingativo. Adjetivos à parte, o que se percebe é que o ex-monitor gostava do projeto CFR não só como emprego. Quando ele fala sobre sua demissão da Casa, os olhos vão ficando marejados, sem que nenhuma lágrima escorra:

- Foi no dia 31 de janeiro de 2002, às 5 horas e dez minutos da tarde. Era meu último dia de férias e eu recebi a notícia por telefone. No outro dia, eu não precisava mais voltar para a CFR trabalhar.

Luis Pedro Hillesheim é o único que ainda trabalha como monitor numa Casa Familiar Rural. Ele mal teve tempo de lamentar quando foi despedido. "Eu não fiquei muito preocupado com a minha demissão porque eu sabia que eu já estava dentro de uma nova proposta de educação e tinha espaço para trabalhar em muitos lugares". No dia seguinte ao comunicado da prefeitura, Luis Pedro foi chamado para trabalhar na Casa paranaense de Pato Branco, no Paraná. Ficou apenas um mês no Paraná e depois recebeu um convite para trabalhar na CFR de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul.

Ao final de tudo, parece que quem mais perdeu com a demissão dos monitores foram os jovens da CFR, que estavam bastante satisfeitos com a equipe. Uma pesquisa realizada pelo pesquisador da UFSC, Dimas de Oliveira Estevam, em 2001, um ano antes da demissão do grupo, comprava isso: "o relacionamento entre os jovens e os monitores pode ser considerado excelente, pois 84,60% [dos jovens] consideravam ótimo o trabalho".

Com a saída da equipe, durante todo o ano de 2002, a Casa ficou com apenas um monitor, dois professores e a governanta. Somente em fevereiro de 2003, a prefeitura de Quilombo contratou mais dois profissionais para a CFR: o técnico agrícola Valdomiro Malaguti e o engenheiro agrônomo Ênio Copatti. Entretanto, os novos monitores receberam a primeira capacitação sobre pedagogia da alternância apenas em agosto, sete meses depois de assumirem a Casa.

"Quando ocorre troca do quadro de funcionários, o pessoal não é capacitado, então, automaticamente não tem como eles trabalharem a pedagogia da alternância sem conhecimento. Em Quilombo, essa troca gerou um aumento na evasão escolar e diminuiu o número de novas matrículas, resultando numa queda muito grande no número de jovens" afirma José Lorenzini, coordenador estadual da Arcafar/Sul. Em 2001, havia 98 alunos na Casa, número que correspondia a capacidade máxima da escola. No final de 2003, a CFR de Quilombo tinha apenas 40 alunos.

Uma das propostas para resolver esta situação é que os monitores deveriam ser concursados, ao invés de serem contratados como cargos comissionados do prefeito. “É a forma mais coerente, única maneira de criar um quadro permanente de monitores”, diz Dirceu Lovera. Na opinião do ex-monitor, enquanto as Casas não puderem formar um quadro de profissionais com estabilidade, o projeto CFR estará sempre tendo recomeços. “É até estranho que diante de tantas dificuldades o projeto persista, continue, passe por fases de baixa e reaja. Mas continua com jovens, continua com equipes trabalhando. O problema é que é sempre um recomeço, não tem uma continuidade. Daí o tempo necessário para perpetuar o nome CFR, o projeto pedagogia da alternância, vai ser maior. Até formar um leque de pessoas que tenham experiência no projeto para atender a essa atividade, vai gastar um certo tempo. Vai ser sempre gasto tempo em recomeço”, desabafa.

Existem aqueles que vão mais além. O pedagogo Antônio João Mânfio, que assessora a CFR de Frederico Westphalen/RS, sugere que a comunidade volte a se organizar quebrando o vínculo “eterno” com o poder público. “No Brasil sempre se espera que o governo faça. A comunidade foi expropriada da sua capacidade histórica de originar patrimônios comunitários. Hoje fica naquele negócio: se o governo faz, acontece, senão não! Aqui em Santa Catarina as prefeituras têm um poder maior nas CFRs que as próprias comunidades. E essa mudança precisa começar por aí.”

A demissão do grupo de monitores em Quilombo teve conseqüências negativas também para a Coopercasa. Segundo o presidente da cooperativa, Roberto Waicik, vários projetos que estavam em andamento foram interrompidos. “Como eram os monitores [referindo-se a equipe antiga] que tocavam mais o projeto, que supervisionavam tudo, a coisa está meio parada agora. Tínhamos vários projetos em andamento, mas atualmente foi preciso recuar um pouco” explica o jovem que hoje trabalha na cooperativa de crédito da cidade.

Enquanto na França as MFRs têm direito, por lei, a um financiamento do governo que cobre 65% das despesas, no Brasil a realidade ainda está muito distante disso. Aqui, cada Estado que possui Casas Familiares regulamenta a seu modo como é o repasse de recursos para essas instituições. No Paraná, por exemplo, as Casas Familiares Rurais fazem parte de um projeto do governo do Estado chamado "Escola do Campo".

Diferentemente do Estado vizinho, Santa Catarina não possui um recurso governamental fixo, o que faz com que as Casas catarinenses estejam sempre em uma corda bamba financeira. "Na França, o governo assumiu as MFRs como política pública. No Brasil eu acho também que as CFRs deveriam ser apoiadas como política pública, havendo um orçamento próprio para as escolas em pedagogia da alternância. Porque, na prática, a falta de recursos emperra muita coisa. Para fazer uma visita de estudo tem que ter combustível, tem que ter veículo. Até a questão de xerox para as fichas pedagógicas é um outro problema, às vezes faltam recursos até para isso. E essa falta de orçamento para a Casa acaba implicando na qualidade da prática da pedagogia da alternância", argumenta a engenheira agrônoma que dirige a CFR de São José do Cerrito, Maria Bottega.

Um dos primeiros parceiros das CFRs em Santa Catarina foi a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), órgão vinculado ao governo do Estado. Em 1990, quando ainda se discutia a possibilidade de criação de Casas em Santa Catarina, a empresa designou o funcionário da regional de São Miguel do Oeste, José Milani Filho, para trabalhar exclusivamente no projeto. Hoje Milani preside a Associação Regional das Casas Familiares do Sul do Brasil (Arcafar/Sul).

Atualmente a participação da Epagri nas Casas é bastante irregular. Em algumas CFRs, como a de São José do Cerrito, a colaboração da instituição veio na forma de um automóvel, um "Gol chaleira" de quase 30 anos. Já na Casa Familiar do Mar de São Francisco do Sul, a empresa mantém um dos seus funcionários, o oceanógrafo Edir Tedesco, na direção da escola. Como apoio didático, a instituição oferece às CFRs cursos que são ministrados por seus técnicos e engenheiros.

Embora a Epagri mantenha um vínculo com as CFRs desde a criação da primeira Casa em Quilombo, não existe um consenso se esta participação é ou não favorável ao desenvolvimento do projeto. Para Luis Pedro Hillesheim, ex-monitor da CFR de Quilombo, o projeto deveria ser coordenado apenas pelos agricultores. "A Arcafar/Sul tem como presidente alguém vinculado a Epagri. Nunca esse projeto vai decolar enquanto não tiver na mão dos agricultores. Esse movimento social não pode estar dependente de um parceiro, porque aí as pessoas que estiverem contratadas ali vão fazer o que essas instituições querem" alerta.

De acordo com a pedagoga e professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Lourdes Helena da Silva, as parcerias fazem parte do processo. "São entidades como a Epagri que possibilitam, por exemplo, que os agricultores possam a ir a França conhecer o projeto. Movimentos como esse, para dar certo, precisam de alianças, de parceiros, de instituições para acontecer".

O engenheiro agrônomo João Augusto de Oliveira, que trabalhava no Cepagro no início da década de 90 e foi quem possibilitou a ida do Natalino Lovera para a França, analisa o assunto sob outra ótica. Ele acredita que os agricultores familiares no Brasil têm dificuldade de se organizar e por isso precisam ter alguma instituição, alguma entidade que os apóie, que os ajude na sua caminhada. Mas, ao mesmo tempo, defende que o apoio do Estado deve ser apenas sob forma de parceria.

"Os agricultores precisam de apoio. Mas precisam também de uma compreensão do órgão público de que apoiar não quer dizer sentar em cima, mandar. Apoiar é uma coisa e ser proprietário e outra bem diferente. Na minha idéia, eles precisam de apoio sim, mas não domínio, eles podem tocar o projeto. O ideal é que a Casa mantenha sua autonomia, tome suas próprias decisões", argumenta.

Além das parcerias com órgãos públicos, outras alternativas que as CFRs encontraram para contornar a falta de recursos foram os apoios e os convênios com instituições. A Casa Familiar do Mar de São Francisco do Sul, por exemplo, fez uma parceria com a siderúrgica francesa Vega do Sul, recém instalada na cidade, para auxiliar em um projeto ambiental que prevê o reflorestamento de uma área de 760 mil m² no entorno da fábrica. Através do projeto, foram contratados 16 estagiários da Casa Familiar do Mar para trabalhar na coleta de sementes da mata nativa, no plantio, no

cuidado das mudas e no replantio. Além de uma bolsa paga para cada jovem, a empresa assume as despesas de um técnico agrícola para supervisionar o trabalho dos alunos.

Em Águas de Chapecó, a Casa Familiar Rural São Luiz mantém desde 2002 um convênio com o Instituto Souza Cruz, graças à indicação feita por um dos quatro mil funcionários da empresa de cigarros. Em 2001 - Ano Internacional do Voluntariado - o Instituto lançou um concurso para premiar 13 projetos sociais indicados pelos empregados da Souza Cruz. Escolhida entre 104 inscritos, a Casa Familiar São Luiz recebeu 30 mil reais para investir no embelezamento, reflorestamento, proteção de água e solo e tratamento de lixo nas propriedades dos jovens que estudam na Casa.

Os excelentes resultados estimularam o Instituto Souza Cruz a doar mais 60 mil reais para construção de uma estufa e de um novo dormitório para a Casa. Na reinauguração da CFR após a reforma, a diretora executiva do Instituto, Letícia Lemos Sampaio, fez questão de conferir o investimento e ficou muito satisfeita com o que viu no pequeno município do oeste catarinense. "Dá uma satisfação muito grande ver como foi bem investido nosso dinheiro. Você percebe que envolveu o trabalho de toda uma equipe, toda uma comunidade mobilizada em construir alguma coisa" avalia.

O agricultor Ângelo Balsanello é um típico representante das antigas colônias italianas que povoaram o oeste de Santa Catarina. Possui um forte sotaque e gesticula sem parar enquanto narra uma história. Sua empolgação aumenta quando ele conta a façanha do filho mais velho que trabalha de garçom numa famosa pizzaria de Florianópolis. Já o filho mais novo da família Balsanello preferiu estudar numa Casa Familiar Rural e continuar ajudando o pai na propriedade. Os filhos do agricultor são bons exemplos das mais recorrentes possibilidades profissionais do jovem do meio rural: ou ele migra para cidade em busca de um emprego ou ele dá continuidade na atividade paterna.

Evitar a saída do jovem do campo, tornando-o um agente do desenvolvimento rural, é um dos principais objetivos do projeto Casa Familiar. Contudo, a cidade ainda exerce certo fascínio nos adolescentes que vivem no campo. "A urbanização é e sempre foi uma aspiração humana, sempre existiu e sempre existirá a saída do rural para o urbano", enfatiza o professor de agronomia da UFSC, Antônio Carlos Machado da Rosa, que não acredita no poder que a CFR tem de evitar o êxodo rural.

"O atual modelo de agricultura favorece muito mais a produção em si do que a presença do ser humano no meio rural. Portanto, é natural que pelo menos um em cada família migre para o espaço urbano a procura de uma ocupação que não seja a profissão de agricultor. E não é a Casa Familiar que vai mudar isso", afirma Machado da Rosa.

O êxodo rural é uma característica marcante do meio rural brasileiro, inclusive de Santa Catarina. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, na década de 70, viviam no campo 57% dos catarinenses. No início dos anos 80, a população rural passou para 40% e no último censo, realizado em 2000, o número de habitantes da zona rural caiu para 21%.

A pesquisa "Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense" aplicada pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Icepa/SC) apontou quais são os principais locais de destino dos migrantes dessa região: a zona calçadista do Vale dos Sinos (RS), a região produtora de frutas da Serra Gaúcha e os restaurantes de

São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em Santa Catarina, as áreas que mais recebem migrantes vindos do oeste em busca de vagas na construção civil são o litoral, o Vale do Itajaí e o norte do Estado.

Pensando em conseguir um bom emprego e desfrutar das facilidades da cidade grande, Leodir Cita saiu do sítio do pai em Quilombo e foi trabalhar de frentista num posto de gasolina em Joinville, norte de Santa Catarina. Apesar de estar formado na mais antiga das CFRs catarinenses, Leodir não quis continuar na agricultura.

Quando chegou na maior cidade do Estado, aos 18 anos, o que mais impressionou o rapaz foi a altura dos prédios. No começo, ele evitava andar nas ruas porque se assustava com o movimento intenso de carros e mal compreendia o que era uma faixa de pedestres. Apesar de tantas novidades, sentia tanta saudade da família que no primeiro ano enfrentava, todos os meses, nove horas de viagem para chegar até Quilombo.

Com o tempo, as viagens foram ficando cada vez mais esparsas. Até que no quarto ano ele voltou só uma vez para casa. Ao chegar na propriedade soube que o pai estava muito doente, e ele – o único filho homem – tinha a obrigação moral de cuidar da família. Leodir não voltou mais para Joinville. “Eu não tinha mais vontade de ficar na agricultura. Aí o pai me ofereceu uma casinha dele pra eu ficar aqui na cidade [referindo-se a sede do município de Quilombo]”, conta o jovem que atualmente trabalha de frentista no único posto de gasolina localizado no centro do município.

Assim como Leodir, Luiz Dias Ferreira tentou a sorte na cidade grande. Aos 19 anos, ele foi com “tudo ajeitado” para trabalhar como garçom em São Paulo. Abandonou os estudos na Casa Familiar Rural São Luiz, em Águas de Chapecó, e embarcou num ônibus rumo a um dos Estados mais ricos do país almejando uma carteira assinada e um salário de 800 reais. Chegando lá, Luiz se deparou com outra situação. O alojamento era precário, o salário era metade do combinado e ele não tinha direito à folga. Depois de 15 dias ele foi embora do restaurante, mas não teve coragem de voltar para casa sem ter feito aquilo que havia proposto para si.

O rapaz, que sonhava em juntar dinheiro para comprar um lote de terra para a mãe que trabalha numa propriedade arrendada, conseguiu um emprego de frentista num posto de gasolina de São José do Rio Preto, interior paulista. Três meses depois, Luiz

decidiu que era hora de voltar. “Eu pensei que lá ia ser bem melhor, mas eu vi que é um sonho mesmo, uma ilusão”, conta o jovem, agora decidido a ficar na agricultura. “O bom disso tudo é que eu fui lá e experimentei e aí passou aquela vontade que eu tinha de viver na cidade”

A existência da Casa Familiar Rural São Luiz, em Águas de Chapecó, foi uma motivação a mais para Luiz abandonar o emprego no interior de São Paulo e retornar para o oeste catarinense. “Quando eu decidi voltar, pensei: eu tenho para onde ir e tenho meu projeto de vida na Casa Familiar para retomar”, relembra mais um migrante catarinense que se aventurou pelos grandes centros brasileiros.

A indústria do êxodo rural na região oeste conta, inclusive, com agências especializadas em enviar jovens para trabalhar de garçom nos restaurantes e churrascarias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Duas destas agências, localizadas em São Miguel do Oeste e Guaraciaba, chegaram a enviar, no ano de 2000, 700 jovens, na maioria rapazes. É usado como chamativo para os migrantes um bom salário, uma estadia confortável e a sonhada carteira assinada.

Existem também experiências de quem abandonou a idéia de ir para a cidade após iniciar os estudos numa CFR. Foi o que aconteceu com Fabiano Machado, hoje com 20 anos, formado na Casa Familiar Rural Agroecologia de São José do Cerrito, Planalto Serrano.

Fabiano nunca tinha ouvido falar da Casa Familiar até o dia em que o páraico da Igreja o chamou para uma conversa:

- O que você vai fazer da tua vida? – perguntou o padre.
- Ah, com uma certa idade eu penso em ir pra cidade arrumar um trabalho – disse o menino, na época com 15 anos.
- E você estudou até que série, filho?
- Eu completei só a 4ª série – respondeu Fabiano.
- E o que você acha que vai fazer na cidade só com a 4ª série?

O garoto, que pensava em ser caminhoneiro na maior cidade da região, não conseguiu responder à pergunta que lhe foi feita. O padre então convidou Fabiano para

conhecer uma nova escola que estava sendo instalada no município: a Casa Familiar Rural Agroecologia.

Fabiano gostou da CFR e quinze dias depois já freqüentava as aulas que conciliavam os estudos técnicos da agricultura com as disciplinas do ensino fundamental. Na época, o garoto de pele morena e sorriso fácil, não dava tanta importância ao aprendizado da Casa. "Gostava mesmo era de fazer festa. Não ligava praquilo que eu aprendia e naquela época nem apliquei nada na minha propriedade".

Depois de formado, Fabiano foi trabalhar com um agricultor que produzia hortaliças agroecológicas – o mesmo tipo de produção ensinada na CFR. O jovem começou a perceber que ele poderia trabalhar na própria propriedade e resolveu arriscar: com a ajuda da monitora da Casa, Maria Bottega, criou um projeto e conseguiu um empréstimo para comprar um mini-trator e plantar as primeiras alfaces.

Hoje, boa parte da propriedade de 2.500 m² é coberta por plantações de brócolis, cenoura, rabanete, alface, chicória, salsa, cebola, entre outras, num total de 23 variedades de hortaliças agroecológicas devidamente certificadas e com bons preços nas feiras e mercados da região. "As vantagens do produto agroecológico são econômica, ambiental e também para a saúde. Além de um preço melhor é um produto bem mais fácil de trabalhar porque você não precisa usar nenhuma proteção contra o agrotóxico", explica o garoto.

Na mesma turma de Fabiano, formou-se também Claudenir Godinho de Souza, 23 anos, que graças aos estudos na Casa Familiar não abandonou o campo. Em setembro de 2003, Claudenir esteve na casa de um parente em Florianópolis para tratar de um problema de saúde. Conseguiram-lhe um emprego de ajudante de caminhoneiro, mas o jovem serrano recusou: "Só de olhar aquelas favelas com roubos e assaltos... Não dá pra dizer que dessa água eu não bebo, mas a cidade, pra mim, é a última opção", afirma convicto o rapaz que escolheu o campo para morar e trabalhar.

Há casos em que, embora o jovem deseje ficar no meio rural, a falta de recursos para a compra de terras ou para a implantação de uma atividade agrícola acaba inviabilizando sua permanência. "Não adianta o jovem ter formação, ter conhecimento, ter um projeto e um sonho na cabeça, ter escrito esse projeto e ele chegar lá no final, se

formar e precisar de 10 mil reais pra implementar o projeto na propriedade e não conseguir nenhum financiamento”, afirma Milani, presidente da Arcafar/Sul.

Pensando em batalhar recursos no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no Ministério da Educação (MEC), as Escolas-Família Agrícolas e as Casas Familiares Rurais se uniram formando os CEFFAS (Centros Familiares de Formação por Alternância). Até agora, um dos objetivos dessa união já foi alcançado: o jovem formado em uma CFR ou EFA terá direito a um empréstimo através do programa “Minha Primeira Terra” - uma das linhas de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF Jovem Agricultor - para pôr em prática o seu projeto de vida.

O Secretário Nacional de Agricultura Familiar, Walter Bianchini, que participou da implantação das Casas Familiares no Paraná, adianta ainda que o MDA já está analisando a liberação de outros recursos federais para as CEFFAS. Seriam eles: um auxílio para o pagamento dos salários dos monitores e um programa especial de bolsas para alunos carentes. “Estamos estudando a possibilidade de oferecer bolsas de estudos para os alunos pobres das CEFFAS, porque a gente sabe que esses jovens se transformam em agentes do conhecimento dentro das suas comunidades”, explica Bianchini.

O mais jovem estudante a ingressar na Casa Familiar Rural de Quilombo, é talvez hoje, junto com o irmão, um dos casos mais bem sucedidos de ex-alunos que permaneceram no campo. Evandro Santin tinha apenas dez anos quando insistiu com o pai que queria estudar na mesma escola que o irmão Adinei, de 16 anos. Implorou, chorou e bateu o pé até convencer o pai a ir à Associação de Pais da CFR a pedir autorização para que ele começasse a cursar as aulas na 'escola para agricultores'. "Ele queria porque queria isso! Não tinha Cristo que convencesse! Aceitamos o menino e ele desenvolveu que foi uma loucura" diz Natalino Lovera, que na época era presidente da associação.

Magrinho, de olhos pretos e arregalados e uma voz fina de criança: assim era Evandro quando começou os estudos na Casa Familiar Rural Santo Agostinho. Apesar da diferença de idade, o garoto, apelidado de "Grilo" pelos colegas, não teve dificuldades em acompanhar a turma. "Pra mim eu tive foi muita vantagem de entrar cedo, que aí eu não precisei esperar quatro anos", diz Evandro, que aos dez anos já havia completado a 4ª série do ensino fundamental.

Quando entraram na Casa, no início da década de 90, Evandro e o irmão Adinei ajudavam o pai no pequeno aviário integrado ao frigorífico Chapecó. Entretanto, os preços estavam baixos e a produção não rendia o necessário nem para as próprias despesas da granja. Sentindo que era preciso expandir os negócios para sobreviver, a família Santin resolveu montar um abatedouro de suínos.

"A idéia nasceu, graças a Casa, quando o meu irmão teve um curso na Epagri de industrialização de carne suína. Aí, nós começamos a fazer as contas em casa e vimos no papel que dava dinheiro. O pai gostou e a gente resolveu arriscar", conta Evandro. Por volta de 1995, a família optou por vender o aviário, que valia cerca de 10 mil reais, para investir apenas no frigorífico. Na época, eram abatidas por mês apenas quatro cabeças de suínos.

Hoje, os dois irmãos administram o Frigorífico Santin utilizando as ferramentas aprendidas no período em que estudaram na Casa Familiar: "A CFR já fez a base. A

administração rural aprendida na Casa ajudou 100%. A gente segue aqui os mesmos passos do que foi ensinado lá”.

Se no começo o frigorífico abatia por mês apenas quatro suínos, agora são abatidos 150 cabeças de suínos e 100 cabeças de gado, além de produzir embutidos como lingüiças e salames. A idéia é expandir cada vez mais o processo de beneficiamento. “Quem sabe a gente não vira uma Sadia no futuro, afinal, nossa história é bem parecida”, brinca o jovem referindo-se a uma das maiores agroindústrias brasileiras, que também iniciou as atividades no oeste de Santa Catarina.

Em oito anos, o frigorífico da família Santin já multiplicou em trinta vezes o patrimônio da família. O aviário foi vendido por R\$9.800,00 e o capital que eles possuem atualmente em câmaras frigoríficas, geladeiras, veículos e outras máquinas totaliza mais de R\$ 300.000,00.

Dentre os aspectos positivos dos anos que passou na CFR, Evandro destaca a convivência e o aprendizado. “A convivência é tipo uma família. É gostoso você ficar lá com seus colegas e, além disso, a Casa Familiar te abre uma visão, te ensina como buscar novos conhecimentos”, explica.

Da época que era um jovem da Casa Familiar, Evandro relembra também o preconceito que enfrentou por estudar na “escola de colonos”. “Na época que eu comecei a estudar lá, que eu me formei, tinha um certo preconceito, que eu sentia. Meus colegas aqui da vizinhança, meus amigos de infância chegavam ‘Colono, vai estudar lá, vai!’. Tudo bem né, fazer o quê, levar na brincadeira e coisa e tal. Mas tinha, tinha mesmo gente que criticava. Aí eu deixava de lado”, relembra o jovem que hoje é o empregador das mesmas crianças que o criticavam por estudar na CFR. “Só que agora, todos esses meus colegas trabalham aqui. E todos, aqui da região, tavam melhor financeiramente que nós e agora mudou tudo. Mas eles eram tudo agricultor que nem nós, mas foram estudar num ensino que não ensinava, preferiram estudar na cidade”.

Depois de concluir o fundamental na CFR, Evandro continuou, sem dificuldades, o ensino médio na escola tradicional e já pensa em cursar uma faculdade: “Por enquanto a gente vive pra empresa. Mas quando as coisas acalmarem e a empresa começar a viver pra gente. Eu penso em estudar mais. Quero fazer faculdade de engenharia de alimentos”.

PROIBIDO PARA MENORES DE 14 ANOS

Segundo o Conselho Estadual de Educação, a situação de jovens como Evandro e de tantos outros garotos menores de 14 anos que estudam nas CFRs é irregular. Isto porque as Casas Familiares Rurais foram autorizadas pela Secretaria do Estado da Educação e do Desporto, em outubro de 1998, para funcionar como ensino fundamental - módulo supletivo, permitido apenas para jovens com idade superior a 14 anos.

Embora estejam irregulares, os jovens com menos de 14 anos participam da formatura e recebem a certificação técnica da Arcafar/Sul, assim como os alunos regularmente matriculados. Entretanto, para receberem a certificação do CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) de conclusão do ensino fundamental supletivo, esses mesmos jovens precisam esperar dois, três e até quatro anos, uma vez que o esse diploma só é dado para maiores de 17 anos.

Natalino Lovera acredita que a exigência de uma idade mínima para freqüentar a CFR prejudica as Casas. No período em que foi presidente da Associação de Pais da Casa Familiar de Quilombo, ele chegou a ser convocado pelo promotor do município para responder sobre os alunos irregulares:

- Doutor, gostaria que o senhor me respondesse: melhor o jovem irregular dentro da escola ou o jovem irregular fora da escola? – desafiou Natalino.

A conversa dos dois parou por aí. “Ele tá até hoje devendo uma resposta”, ironiza o agricultor que trouxe a idéia das *Maisons* francesas para Santa Catarina.

Natalino levanta outra questão que influi diretamente na continuidade das CFRs: “o supletivo tem um pormenor que complica muito na questão da idade. Hoje em dia, tem o ônibus que leva a criança pra escola da cidade [referindo-se ao processo de nucleação do ensino no meio rural]. O aluno não vai ficar esperando até os 14 anos, parado, pra entrar na Casa.”

A preocupação de Natalino faz sentido. Com o processo de nucleação – no qual o transporte escolar leva as crianças das comunidades mais isoladas para estudar na escola da sede urbana do município – a tendência é que aos 14 anos todas os alunos já tenham o ensino fundamental completo. Dessa forma, dificilmente esses estudantes que já concluíram o ensino fundamental na cidade irão se interessar pelos estudos na CFR, uma

vez que não haverá para eles nenhum avanço formal no grau de escolarização. Por isso, é possível que, num futuro próximo, não haja público para as CFRs.

A exigência da idade mínima por parte da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina gera um outro agravante. Ao oferecer o diploma de supletivo, a CFR atrai os alunos que não conseguiram concluir o fundamental na escola tradicional, afastando o aluno ideal, que seria aquele interessado em se profissionalizar para permanecer e promover o desenvolvimento no campo.

Assim sendo, o projeto Casa Familiar Rural fica, até certo ponto, vinculado ao aluno que teve fracasso escolar e visto como um local destinado a oferecer o diploma de ensino fundamental ou médio àqueles que não o conseguiram no ensino tradicional. "Eu vim pra cá porque aqui ninguém roda. E também é bem mais fácil" afirma um jovem do 1º ano do ensino médio da CFR de Quilombo, que já havia reprovado três vezes na escola urbana.

Para o profissional que auxilia no processo de implantação da pedagogia da alternância no Brasil, Pierre Gilly, a discussão sobre a certificação não deveria ser um assunto fundamental para as Casas Familiares Rurais. "O nosso trabalho é de formar pessoas, não é dar diploma. Porque se a pessoa quer só o diploma não tem que ir pra CFR. A Casa Familiar prepara o jovem para ser profissional no meio rural. Se ele quer sair do meio rural, quer ser agrônomo ou veterinário, pra fugir do meio rural, a Casa não é o lugar dele", afirma o assessor pedagógico.

Outro ponto bastante enfatizado por Gilly é o de que a pedagogia da alternância não deve ser descaracterizada para se adequar a qualquer tipo de exigência feita pelos órgãos de certificação. "O reconhecimento nacional deve acontecer. O que é importante é que as exigências do reconhecimento não devem atrapalhar a pedagogia. Na Itália tinha 32 casas. Só que lá a Igreja é muito forte e os padres são muito ligados ao dinheiro. Aí fizeram um programa do governo só para obter recurso. Um ano mais tarde não tinha mais Casa Familiar na Itália, acabou tudo, as 32 fecharam", exemplifica.

Filho de um agricultor e uma professora, Aparício Rolim já traz de casa dois importantes requisitos para trabalhar numa Casa Familiar Rural: conhece de perto a realidade da agricultura e a arte de lecionar. Com 21 anos e cursando o terceiro ano de pedagogia, Aparício é o coordenador da Casa Familiar São Luiz, localizada no pequeno município de Águas de Chapecó, oeste de Santa Catarina. A dedicação e a responsabilidade com que ele conduz a CFR é facilmente observável. Para organizar uma festa, por exemplo, é impossível encontrá-lo parado: ele limpa o quintal, sobe escadas, se preocupa com a alimentação e com a decoração; enfim, ele não só comanda, como também participa da execução de todas as tarefas.

Além da direção da Casa, Aparício também trabalha em sala de aula, ministrando as disciplinas de artes e nivelamento aos jovens da CFR e o curso de alfabetização para os agricultores adultos da região. A primeira aluna do curso de alfabetização foi Orestina Padilha Moraes, agricultora de 50 anos, que está aprendendo a ler e escrever graças ao jovem professor. "Eu fiz uma pergunta pro seu Aparício e aí ele perguntou se eu não queria estudar. E mesmo com essa idade, eu senti que ainda dava pra aprender alguma coisa" recorda a mulher de fisionomia cabocla, ex-integrante do Movimento Sem Terra.

Dona Orestina não está sozinha na turma; com ela, mais três agricultores estão conhecendo pela primeira vez as letras do alfabeto. Para o Aparício isto é só o começo: "O meu maior sonho é que a Casa Familiar se torne um 'Centro de Atendimento ao Agricultor', um lugar onde se possa atender não só aos jovens acima de 14 anos, mas também as crianças, os adultos e os idosos do meio rural. Um lugar onde ele possa estar sempre se atualizando, se aperfeiçoando. Se há demanda por alfabetização, que se faça isso!", diz entusiasmado o rapaz que não vê os pais há seis meses porque, depois de aposentados, eles ganharam as estradas do país como caminhoneiros. "Minha geladeira está quase sempre vazia, só tem água! Isso quando ela não está desligada, como agora", brinca o professor, que passa a maior parte dos seus dias na Casa Familiar.

Ser jovem parece uma condição comum a quase todos os professores e monitores de Casa Familiar Rural. O fato de os salários serem baixos explica porque as vagas

acabam sendo preenchidas por recém-formados a procura do primeiro emprego. Não existe um piso recomendado, mas a Arcafar/Sul estima que um monitor com nível superior receba, em média, entre 700 e 1000 reais.

Foi o que aconteceu com a monitora da Casa Familiar do Mar de São Francisco do Sul, Yara Antonissen, 25 anos, formada em Zootecnia pela Universidade de São Paulo (USP). A jovem sempre gostou de trabalhar com extensão, principalmente na área de maricultura. Quando faltavam dois anos para se formar, um amigo a procurou com uma revista na mão:

- Yara, você viu essa Globo Rural? Aqui tem uma reportagem dos meninos do mar lá de Santa Catarina [referindo-se a reportagem dos alunos da Casa Familiar do Mar de São Francisco do Sul].

Ela leu a reportagem entusiasmada e decidiu tentar um estágio na CFM. Buscou todos os documentos necessários e após vários telefonemas conseguiu realizar parte do estágio de conclusão de curso na Casa Familiar do Mar do norte catarinense. Depois da formatura, veio o convite para integrar definitivamente a equipe da CFM. Yara não pensou duas vezes. "Juntei minhas coisas, peguei meu cachorro, minha bicicleta e me larguei pra lá!" conta a paulistana filha de belgas que viu no primeiro emprego a sua grande chance de morar na beira da praia.

Entretanto, embora possa parecer um conto de fadas à primeira vista, a história de Yara e da CFM não foi bem assim. Ao conviver com a realidade da Casa Familiar do Mar desde o estágio obrigatório, toda a imagem que Yara tinha sobre a CFM mudou. "A impressão que eu tinha antes era meio que um sonho. Tanto que a foto que tem lá [na reportagem da Globo Rural] é dos guris no mar. Eu imaginava, para começar, que a Casa era de frente para o mar. Eu sabia também que o processo de extensão era difícil, que eu tinha que ter muita paciência, mas eu não imaginava que tinha que ter tanta persistência", desabafa a monitora.

Mas a realidade não assustou a paulistana. Tudo aquilo que num primeiro momento desestimulou Yara a trabalhar na CFM, hoje é o principal motivo de sua permanência na Casa. "Quando eu cheguei, eu achei que todos os guris eram doidinhos por maricultura, doidinhos pelo mar, mas não é bem assim. Alguns têm muito interesse, não necessariamente querem ficar na pesca, mas gostam do mar. Mas outros são

totalmente fora daquilo que eu imaginei. Mas isso hoje não me desestimula. Muito pelo contrário. Aprendi que são com esses garotos mais desinteressados que a gente deve trabalhar mais, porque se eles não vêm na pesca um meio deles sobreviverem, eles tem que procurar um outro meio por aqui”, conta Yara.

Aparício e Yara não são casos isolados. Assim como eles, dezenas de jovens “vestem a camisa” do projeto Casa Familiar Rural. “São todos bem intencionados e acreditam de verdade no projeto CFR”, afirma o professor de agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina, Machado da Rosa, que participou do processo de reconhecimento das CFRs no Estado.

Apesar das boas intenções, o professor acrescenta que falta ainda uma formação adequada a esses profissionais, que seja específica e concilie a parte técnica com a pedagógica. Isso foi confirmado pelo coordenador estadual da Arcafar/Sul em Santa Catarina, José Luiz Lorenzini, em uma série de visitas realizadas no segundo semestre de 2003, em todas as CFRs catarinenses. Segundo Lorenzini, nenhuma CFR do Estado estava seguindo a pedagogia da alternância de forma ideal.

“Alguns monitores entendiam que a pedagogia da alternância era o jovem ficar uma semana na CFR e duas na propriedade. E não é assim: a pedagogia da alternância é o contato individual, a colocação em comum, a visita de estudos, os cursos, o plano de estudos, o caderno pedagógico. Essas são as etapas da pedagogia da alternância”, explica o coordenador.

Desde agosto de 2003, a Arcafar/Sul conta com um quadro profissional maior. Este aumento vai permitir que o trabalho dos monitores e professores das Casas seja continuamente acompanhado. “Se você não supervisiona o trabalho, muitas vezes não adianta nem capacitar os monitores. Porque eles acabam, num primeiro momento, fazendo o correto, mas depois, vão ficando naquilo que é mais fácil e acabam praticando o ensino naquela forma tradicional. Era isso estava acontecendo com as CFR”, conta Lorenzini.

De acordo com o pesquisador da UFSC Dimas Oliveira Estevam, além da pouca capacitação que recebem, os monitores têm uma formação ainda muito tradicional, vinculada à figura do extensionista. Por esse motivo, o monitor é facilmente confundido

pelos pais, durante a visita à propriedade do aluno, com o técnico – aquele que transmite o conhecimento de forma “autoritária”, sem nenhuma discussão.

Para muitos pequenos agricultores, a extensão rural não traz boas recordações. Trazido do Estados Unidos por intermédio da *American Internacional Association*, o movimento extensionista relegava a um segundo plano as discussões essenciais para o Brasil, como as alterações das estruturas de poder no meio rural. “As informações colocadas ao alcance do agricultor brasileiro também não foram resultantes de campos de experimentação local. O que se considerava sucesso nos Estados Unidos, passava ser desejável, sem que se perguntasse se isso correspondia a uma necessidade da comunidade na qual seria implantado o projeto”, explica Anne Marie Speyer, autora do livro “Educação e Campesinato: uma educação para o homem do meio rural”.

De acordo com Jean-Claude Gimonet, pedagogo e ex-diretor do Centro Nacional Pedagógico das *Maisons Familiaes Rurales*, o monitor se encontra na intersecção de várias funções, não podendo ser simplesmente um professor que transmite conhecimento. Ele passa a ser, pela própria estrutura do projeto, um agente de relação e de comunicação entre as diferentes instâncias do sistema. O monitor tem uma função mediadora nas relações do jovem com o saber, com o outro, com o grupo e com os adultos do seu ambiente. “É neste sentido que podemos falar de uma função de ‘clínico geral’ e de polivalência, pois nas funções que ele exerce convivem ao mesmo tempo a educação, a formação, o ensino e a animação”, esclarece o assessor pedagógico.

Apesar de estar ainda no primeiro ano de trabalho na primeira Casa Familiar do Mar, a paulistana Yara Antonissen parece já ter compreendido bem esta lição e assume, sem embaraço, que ainda tem muito que aprender. “Realmente eu não sei ainda metade do que essas famílias sabem de pesca, eles vivem isso há anos. Mas eu quero aprender e poder passar um pouquinho do meu conhecimento para esses jovens e suas famílias”.

pelos pais, durante a visita à propriedade do aluno, com o técnico – aquele que transmite o conhecimento de forma “autoritária”, sem nenhuma discussão.

Para muitos pequenos agricultores, a extensão rural não traz boas recordações. Trazido do Estados Unidos por intermédio da *American International Association*, o movimento extensionista relegava a um segundo plano as discussões essenciais para o Brasil, como as alterações das estruturas de poder no meio rural. “As informações colocadas ao alcance do agricultor brasileiro também não foram resultantes de campos de experimentação local. O que se considerava sucesso nos Estados Unidos, passava ser desejável, sem que se perguntasse se isso correspondia a uma necessidade da comunidade na qual seria implantado o projeto”, explica Anne Marie Speyer, autora do livro “Educação e Campesinato: uma educação para o homem do meio rural”.

De acordo com Jean-Claude Gimonet, pedagogo e ex-diretor do Centro Nacional Pedagógico das *Maisons Familiales Rurales*, o monitor se encontra na intersecção de várias funções, não podendo ser simplesmente um professor que transmite conhecimento. Ele passa a ser, pela própria estrutura do projeto, um agente de relação e de comunicação entre as diferentes instâncias do sistema. O monitor tem uma função mediadora nas relações do jovem com o saber, com o outro, com o grupo e com os adultos do seu ambiente. “É neste sentido que podemos falar de uma função de ‘clínico geral’ e de polivalência, pois nas funções que ele exerce convivem ao mesmo tempo a educação, a formação, o ensino e a animação”, esclarece o assessor pedagógico.

Apesar de estar ainda no primeiro ano de trabalho na primeira Casa Familiar do Mar, a paulistana Yara Antonissen parece já ter compreendido bem esta lição e assume, sem embaraço, que ainda tem muito que aprender. “Realmente eu não sei ainda metade do que essas famílias sabem de pesca, eles vivem isso há anos. Mas eu quero aprender e poder passar um pouquinho do meu conhecimento para esses jovens e suas famílias”.

É num velho barracão de madeira construído há mais de trinta anos que está localizada a Casa Familiar Rural Agroecologia de São José do Cerrito. A luminosidade, que entra pelas quatro janelas laterais ao quadro negro, atrapalha a visão dos alunos durante a aula. Alguns deles precisam arrastar as antigas carteiras de madeira escura para enxergar o que está sendo escrito. Uma velha lareira, doada pela monitora Maria Bottega, fica no canto da sala e é ela que garante as aulas no inverno frio da serra catarinense. "A gente fica em volta da lareira que nem as abelhas emboladas em volta da colméia", compara o aluno Calisto Moreira, 23 anos.

As condições físicas precárias da Casa se assemelham com a situação de São José do Cerrito, uma das cidades mais pobres do Estado, com o sétimo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina. Para se chegar ao "Caru" - antigo nome do município que na língua indígena significa terra fértil - é preciso percorrer 19 quilômetros não asfaltados da BR- 282 . Logo no início da estrada de chão existe uma placa que alerta: "Rodovia em obra. Uso e risco por conta do usuário".

Se por um lado a estrutura da CFR não é das melhores, por outro, percebe-se que na Casa Familiar Agroecologia existe um corpo docente dedicado e alunos interessados. Além disso, um dos aspectos mais interessantes da Casa do Cerrito é a participação ativa das mulheres: a engenheira agrônoma Maria Bottega é monitora e diretora da CFR e a agricultora Inês Motta preside a Associação de Pais da Casa.

O fato de mulheres assumirem a condução de uma Casa Familiar, especialmente em uma região conhecida por possuir uma cultura machista, é algo que merece atenção. Isso porque, de modo geral, a situação da mulher brasileira no campo é a de exclusão. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea/1997) entre 1990 e 1995, mais da metade dos 4 milhões de brasileiros que abandonaram o campo eram mulheres entre 15 e 19 anos. Em virtude do êxodo rural feminino, atualmente 60% da população do meio rural é composta de homens. E por isso, assim como alguns países europeus, o Brasil começa a vivenciar um processo conhecido como "masculinização do campo".

Pesquisas no oeste de Santa Catarina, realizadas pelo CEPAF/Epagri em conjunto com o professor de economia da USP, Ricardo Abramovay, mostram que a migração feminina não pode ser explicada apenas por uma suposta atração que o mercado urbano de trabalho seria capaz de exercer sobre as mulheres. Para os pesquisadores, a intensidade do êxodo juvenil feminino é a expressão da maneira como o poder se distribui no interior das famílias. Embora as mulheres participem do trabalho na propriedade, elas não têm qualquer acesso a tarefas que envolvam algum grau de responsabilidade ou de tomada de decisão.

“As moças têm uma carga de trabalho muito pesada no interior das unidades de produção familiar, sem nenhuma contrapartida que lhes garanta que sua permanência no campo possa vir a ser valorizada. A cidade desponta como a única forma de independência econômica, mesmo que seja necessário o trabalho doméstico em outra residência” explica o professor Ricardo Abramovay.

Dessa forma, para as meninas, permanecer na agricultura é muito mais fatalidade que opção. Durante a pesquisa, quando os jovens foram perguntados sobre o futuro profissional desejado, 69% dos rapazes e apenas 32% das moças afirmaram que gostariam de permanecer no campo realizando uma atividade agrícola. Número significativo das jovens – 43% - respondeu que prefere morar e trabalhar na cidade. Isso explica, em parte, porque as alunas são minoria nas Casas. Na CFM de São Francisco do Sul, por exemplo, não existem meninas estudando.

Dilvane Camargo, 19 anos, está nesse pequeno grupo de mulheres que desejam continuar na agricultura. Por isso, aos 15 anos, ela e a monitora da CFR de São José do Cerrito, Maria Bottega, convenceram o pai da garota a deixá-la estudar na mesma escola do irmão Adriano. “Só tem eu de menina lá em casa e o pai achava que eu não tinha necessidade de estudar”, explica a jovem que na época só tinha estudado até a quarta série.

“Se for pra mexer em esterco, eu mexo aqui em casa!”. Esta foi a resposta dada por Dilvane na primeira vez que Maria perguntou se a menina tinha interesse em estudar na Casa Familiar. A insistência da monitora acabou tendo efeito e no ano seguinte Dilvane já fazia parte da turma de jovens da CFR Agroecologia.

No primeiro ano, a garota tímida preferia ficar sozinha na biblioteca lendo livros a brincar com os outros jovens nos momentos de folga. Hoje Dilvane está diferente. Na ausência da diretora, é ela quem lidera os outros alunos da Casa. Se um deles não quer jantar, é Dilvane quem vai até o quarto saber o que está acontecendo. Ela também define a ordem dos banhos e chama atenção para a bagunça durante as aulas. Na hora do recreio, a jovem é quem rega a horta enquanto o restante da turma aproveita o intervalo.

A dedicação de Dilvane foi reconhecida quando a monitora Maria Bottega indicou a jovem para representar a CFR num seminário da Epagri, realizado em Joinville. Na maior cidade catarinense, a garota ministrou uma palestra sobre o beneficiamento de grãos feito na Casa Familiar Rural de São José do Cerrito para uma platéia com convidados importantes, como o governador Luis Henrique da Silveira. "Na hora de falar me deu um frio na barriga. Mas quando eu vi que eu consegui, nossa, eu fiquei bem feliz!", relembra a menina que se orgulha de ter sido a única aluna a falar entre tantos engenheiros e técnicos agrícolas. "Das pessoas que estavam ali, somente eu vivencio na propriedade as coisas que eu apresentei".

O próximo passo da jovem é montar uma horta agroecológica com o irmão. Seus planos para o futuro mudaram muito desde que ela começou os estudos na Casa Familiar. "Antes eu pensava em casar, cuidar da casa e obedecer ao marido. Hoje em dia não é mais assim pra mim. Na Casa eu aprendi que não é atrás de um grande homem tem uma mulher, e sim ao lado."

“Seja feliz você merece”. Essa é a frase escrita na placa que está logo na entrada da pequena propriedade rural da família de Natal e Inês Lorenzatto, localizada na linha Gavião, interior de Águas de Chapecó, região oeste catarinense. Natal é um dos netos de Vitório Lorenzatto que optou por permanecer na agricultura e seguir a atividade profissional que está na família italiana desde muito antes de qualquer um deles ter pisado em solo brasileiro.

Diferente de seus antepassados, Natal considera que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram apenas o início de um longo aprendizado que segue até hoje. Para administrar melhor o sítio de 48 ha, o casal está freqüentando as aulas do curso “De Olho na Qualidade Rural”, promovido pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Inês e Natal estão convencidos de que o caminho para aprimorar o trabalho na propriedade é paralelo a busca constante de novos conhecimentos.

Pelo oitavo ano consecutivo, a família Lorenzatto está fazendo a contabilidade precisa da propriedade - um trabalho de controle de entradas e saídas de dinheiro que o casal aprendeu a fazer em um curso ministrado por uma cooperativa local. No livro-caixa, há espaços até para o registro de gastos com doações beneficentes, festas e ajudas aos pais. “Às vezes a propriedade começa a ir pra trás e o produtor não sabe onde está o problema”, conta Inês.

Foi através de um dos cursos que participam continuamente que o casal decidiu implantar mais uma modificação no sítio da família. Atualmente, dos 48 hectares, 26 são ocupados por mata nativa e os demais dão suporte a 48 vacas de leite, uma pocilga que abate 260 suínos por mês, plantações de 2 hectares de fumo e 6 hectares de milho. Colocando todas os gastos e lucros dessas atividades na ponta do lápis, Natal e Inês iniciaram um processo de implantação de produção orgânica de leite. A meta, bem-definida, é chegar a 25 vacas em lactação em 2007. Para isso, vão abandonar a cultura do fumo, que exige o uso de agrotóxicos. Os resíduos das aves e dos suínos já têm destino certo: em vez de serem despejados em rios da região, servirão como adubo para as pastagens.

Para que todas essas modificações sejam possíveis, segundo Inês, "é preciso evoluir o time todo". Nesse time a que se refere a agricultora participam os filhos do casal, Edivandro, 16 anos, e Márcia, 13. Quando o filho mais velho contou aos pais a decisão de permanecer trabalhando na propriedade, a mãe avisou: "sem estudo não pode". E por isso o jovem frequenta hoje as aulas da Casa Familiar Rural São Luiz.

Com o filho estudando para ser um agricultor bem preparado, o exemplo do casal Inês e Natal poderá se estender por gerações. "Confio no Edivandro porque ele está estudando e por isso aceito todas as mudanças que ele quiser fazer na propriedade. Fico feliz de saber que meu filho tem destino traçado: ele quer ficar na agricultura", conta o pai, orgulhoso. E se nas gerações anteriores dos Lorenzattos o conhecimento transmitido de pai para filho bastava, agora a cena é outra: na casa de Natal e Inês – os Lorenzattos de Águas de Chapecó - não há quem só ensine ou quem só aprenda.

"Não há educador que só ensine ou educando que só aprenda",

Paulo Freire

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.

ARCAFAR/SUL. *Pedagogia da Alternância e suas etapas*. Arcafar/Sul, mimeo, s/d.

CARDOSO, Joel Henrique. *Uma experiência de educação voltada ao meio ambiente rural: a escola família agrícola*. Relatório de estágio de conclusão do curso de agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1997.

CEPAGRO. *Projeto Casa Familiar Rural – Formação de jovens agricultores pela pedagogia da alternância*. Florianópolis, mimeo, 1992.

CHARTIER, Daniel. *A l'aube des formations por alternance – hitorie d'une pédagogie associative dans monde agricole et rural*. Paris: Éditions UNMFREO, 1986.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. *Casa Familiar Rural: a formação com base na pedagogia da alternância em Santa Catarina*. Dissertação de mestrado em administração, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2001.

GILLY, Pierre. *Manual das Casas Familiares Rurais*. Arcafar, nº 1, mimeo, s/d.

GUANZIROLI, Carlos. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HENTZ, Paulo; ASSMANN, Selvino José. *A questão da educação rural : o projeto escola rural de São Miguel do Oeste - PERASMO*. Dissertação de mestrado em educação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1994.

LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque. *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: Paralelo 15, 2002.

LUZ, Deisy Maria Radichewski da. *Casa familiar rural em Santa Catarina: contradições no encaminhamento político da proposta*. Dissertação de mestrado em educação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2002.

MALASSIS, Louis. *A longa marcha dos camponeses franceses*. São Paulo: Via Lettera, 2003.

MÂNFIIO, Antônio João (org). *Capacitação para um novo jeito de ser colono*. Coleção Universidade do Agricultor. Frederico Westphalen: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, 2002.

MONTEIRO, Marcos Antônio (org). *Retrato Falado da Alternância: Sustentando o Desenvolvimento Rural através da Educação*. São Paulo: CEETEPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza), 2000.

MUNARIM, Antônio; HADDAD, Sérgio. *Educação e esfera pública na serra catarinense : a experiência política do plano regional de educação*. Tese de doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 1999.

PESSOTTI, Alda Luzia. *Ensino médio rural: as contradições da formação em alternância*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural - UFES, 1995.

SILVA, César Augusto Freyesleben. *Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense*. 2. edição. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2003.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2ª edição. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

SILVA, Lourdes Helena da. *As representações sociais da relação educativa escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância*. Tese de doutorado em psicologia da educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2000.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo. *Os impasses sociais sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: EPAGRI, Brasília: NEAD, 2001.

SPEYER, Anne Marie. *Educação e campesinato: uma educação para o homem do meio rural*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares do Ouro/SC*. Tese de doutorado em ciências humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2002.

TESTA, Vilson Marcos. *O Desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão*. Florianópolis: CPPP/EPAGRI, 1996.

VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

WERTHEIM, J.; BORDENAVE, J. D. (orgs). *Educação rural no terceiro mundo – experiência e novas alternativas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- Documentos

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB nº 1: Secretaria de Inclusão Educacional – Ministério da Educação (MEC), 3 de abril de 2002.

Processo PCEE 208/97: Conselho Estadual de Educação, Santa Catarina.

Seminário sobre Casa Familiar Rural: Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Seminário sobre Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento: UNEFAB, Bahia, 1999.

- Sítios e textos *on line*

Maisons Familiares Rurales – Dados gerais sobre as MFRs [on line]. Disponível na Internet via: <http://www.mfr.asso.fr/> . Acesso em julho de 2003.

União Européia – Dados sobre a agricultura francesa [on line]. Disponível na Internet via: http://europa.eu.int/comm/agriculture/agrista/2002/table_en/3541full.pdf . Acesso em janeiro de 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 1995/1996 [on line]. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/> . Acesso em outubro de 2003.

Ministério da Educação – Notícias e dados sobre educação no campo [on line].

Disponíveis na Internet via:

<http://www.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasld.asp?ld=4510>

<http://www.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasld.asp?ld=4509>

<http://www.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasld.asp?ld=4967>

Acesso em dezembro de 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; MELLO, Márcio Antônio et al. *Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores* [on line]. Juiz de Fora: Anais do XII Congresso da Sober, 2003. Disponível na Internet via http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2003/Educa%E7%E3o%20formal%20e%20agricultura%20familiar.pdf . Acesso em outubro de 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos* [on line]. São Paulo: IPEA, 1999. Disponível na Internet via <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0621.pdf> . Acesso em janeiro de 2004.

DORIGAN, Clóvis; SILVESTRO, Milton; NADAL, Raul de et al. *Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: o caso do oeste catarinense* [on line]. Disponível na Internet via http://www.cnpaf.embrapa.br/negocios/ser_doc/anais/palestras/mesa4a.pdf . Acesso em novembro de 2003.

SILVA, César Augusto Freyesleben; HEIDEN, Francisco Carlos; AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto et al. *Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense* [on line]. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. Disponível na Internet via <http://www.icepa.com.br/Publicacoes/migracao.pdf> . Acesso em novembro de 2003.

FONTES TESTEMUNHAIS

Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria Nacional de Agricultura Nacional

Walter Bianchini

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina SA (Epagri)

Ludgero Averbeck

Associação Regional das Casas Familiares do Sul do Brasil (Arcafar/Sul)

Dirce Slongo

José Luiz Lorenzini

José Milani Filho

União Nacional das Escolas-Família Agrícola (Unefab)

Idalgizo Monequi

Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina – CCA/UFSC

Professor Ademir Cazella

Professor Antônio Carlos Machado da Rosa

Professor Wilson Schimidt

Centros de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO

Luiz Carlos Rebelatto dos Santos

João Augusto de Oliveira

Pedagogos / Pesquisadores

Antônio João Mânfió

Dimas de Oliveira Estevam

Lourdes Helena da Silva

Pierre Gilly

Casa Familiar do Mar Governador Vilson Pedro Kleinübing - Laguna

Deyse Guedes

Ricardo Prates

Quênia Honorato

Casa Familiar do Mar Luiz Carlos Perin - São Francisco do Sul

Débora Costa Moreira

Edir José Tedesco

Joanílson Barbosa Júnior

Oniel Fernando

Raquel Gonçalves Ferreira

Yara Antonissen

Casa Familiar Rural Agroecologia - São José do Cerrito

Calisto Costa Moreira

Claudenir Godinho de Souza

Dilvane Camargo

Érica Machado

Fabiano Machado

Inês Ros Mota

José Maria de Oliveira Branco

Maria Bottega

Orival Ribeiro Filho

Casa Familiar Rural Santo Agostinho - Quilombo

Adriane Pereira

Angêlo Balsanello

Anilson Comunello

Antônio Campagnolo

Dirceu Lovera

Eliane Dalagnol

Evandro Santin
Ivânio Roani
Ivonete Malaguti
Julsemar Toazza
Leodir Cita
Luis Pedro Hillesheim
Natalino Lovera
Roberto Waicik
Valdomiro Malaguti

Casa Familiar Rural São Luiz - Águas de Chapecó

Adriana Baierle
Aparício Rolim
Celso Hermes
Edivandro Lorenzatto
Inês Lorenzatto
Letícia Lemos Sampaio
Luiz Antônio Dias Ferreira
Marciano Scunemann
Natal Lorenzatto
Orestina Padilha Moraes
Valdenir Ezequiel

ANEXOS

Jovens estudantes das Casas Familiares em Santa Catarina



À primeira vista

Casa Familiar Rural Agroecologia
São José do Cerrito

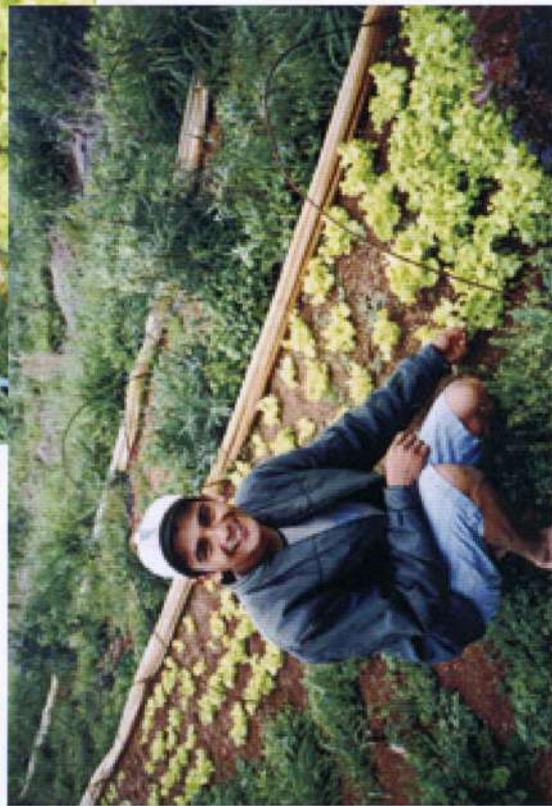
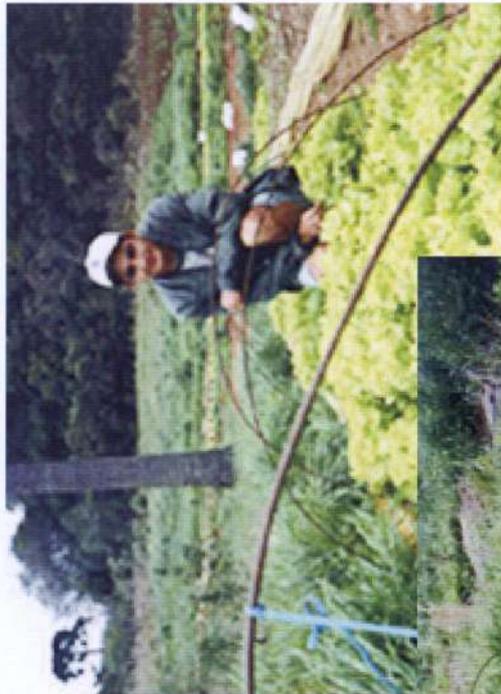


Casa Familiar Rural São Luiz
Águas de Chapecó



Ex-alunos das Casas Familiares

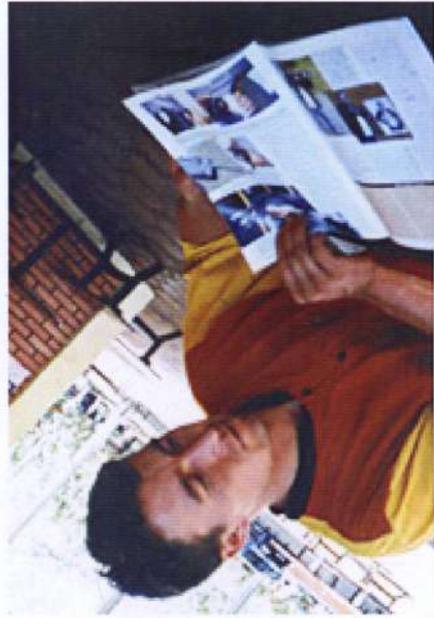
Fabiano Machado
CFR Agroecologia de São José do Cerrito



Orestina Moraes
CFR São Luiz de Águas de Chapecó



Leodir Cita
CFR Santo Agostinho de Quilombo



Cooperativismo & CFRs

São José do Cerrito



Quilombo



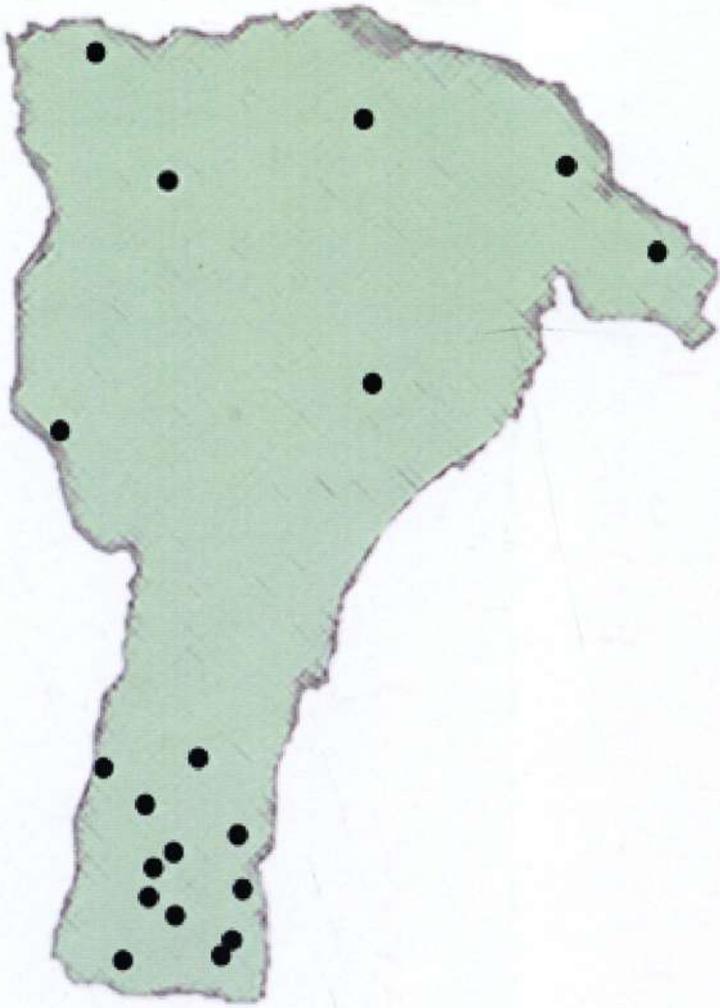
Logotipo das MFRs francesas



Logotipo das CFRs brasileiras



Casas Familiares em Santa Catarina



Jovens estudantes das Casas Familiares em Santa Catarina

